

Quem disse ?

«No final, a governação de Salazar saldou-se pelo medo e pelas toneladas de ouro que guardava nos cofres, enquanto a população vivia na miséria.»

Emídio Guerreiro
DNA, 3 de Abril

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1014 8 ABRIL 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Parlamento debate situação política

Guterres explica Agenda 2000 e Kosovo

O primeiro-ministro participa hoje, na Assembleia da República, em mais um debate mensal, tendo a iniciativa partido do próprio António Guterres ainda antes de se ter realizado a cimeira extraordinária do Conselho Europeu de Berlim.

Entre os temas que serão seguramente discutidos na Assembleia da República, destaque para as questões das perspectivas financeiras da União Europeia entre 2000 e 2006, a ajuda humanitária aos refugiados do Kosovo, a intervenção da Aliança Atlântica na Jugoslávia para aniquilar as acções militares do regime de Belgrado junto das populações de origem albanesa, e a situação em Timor-Leste. Neste último tema, António Guterres não deixará de evidenciar os recentes esforços da diplomacia portuguesa para exigir às autoridades indonésias o cumprimento do processo de transição, tendo em vista a autodeterminação do povo timorense, num momento em que a conjuntura no território voltou a merecer elevada apreensão.

Quanto aos motivos da intervenção portuguesa na NATO, o Governo deverá sublinhar o carácter essencialmente humanitário da missão, condenando a intervenção séria no Kosovo. Já na quarta-feira, também na Assembleia da República, os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, Jaime Gama e Veiga Simão, acompanhados pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Espírito Santo, debateram em sede de comissão a presença portuguesa nos Balcãs.

Em termos de Agenda 2000, recorde-se, Portugal conseguiu um inequívoco sucesso nas negociações.

Num momento em que os principais contribuintes líquidos da União Europeia procuraram diminuir as suas despesas para o orçamento comunitário, Portugal, pelo contrário, conhecerá nos próximos anos um aumento de verbas à sua disposição, tanto no capítulo dos fundos estruturais, como ao nível da Política Agrícola Comum. Mesmo partidos como o PP e o PSD elogiaram o excelente resultado alcançado nas negociações pelo Executivo português.

PROGRAMA VIDA EMPREGO

A responsabilidade solidária do dia seguinte

A droga continua a ser o «inimigo público número um da sociedade portuguesa» para o Executivo socialista. Assim o deixou claro o primeiro-ministro, António Guterres, quando, no dia 6, na Delegação Regional de Lisboa do IPJ, presidiu à cerimónia de apresentação do Programa Vida-Emprego, lançando um forte apelo à população para que colabore com os toxicodependentes, sobretudo «no dia seguinte» à sua recuperação.

Política

Intervenção portuguesa na Jugoslávia Um imperativo político e ético



Na quinta vez que falou à Comunicação Social sobre o conflito no Kosovo, António Guterres atribuiu como principais motivos para a intervenção portuguesa na Jugoslávia, no quadro da Aliança Atlântica, a catástrofe humanitária que está a ser provocada pelo regime ditatorial de Milosevic, expulsando das suas terras centenas de milhares de crianças, mulheres e idosos albaneses. Neste contexto, Portugal só poderia agir, exigindo o respeito pela autonomia da população albanesa e minimizando as condições de miséria dos refugiados kosovares.



Apresentação dos Candidatos ao Parlamento Europeu

Com a presença de Mário Soares António Guterres

Sábado, 10 de Abril, 18.30h
Pavilhão 4 da FIL
Parque das Nações
Lisboa





Kosovo: um caso de direitos humanos

Causa uma enorme perplexidade a forma como alguns observadores políticos têm encarado a intervenção da Aliança Atlântica na Jugoslávia e a participação de Portugal nesta missão. Numa atitude de claro relativismo ético e de completa ausência de padrões políticos, eles têm condenado as acções militares da NATO contra as forças sérvias e, tal como aconteceu face a alguns chefes absolutos da extinta União Soviética, encaram a ditadura de Milosevic como inocente, desde que começou a agredir e a massacrar comunidades vizinhas. No Ocidente, reclamam o pacifismo, tal como determinados movimentos para a paz o faziam antes da desagregação do bloco de Leste, durante as décadas de 70 e de 80. Por isso, neste bloco de críticos da NATO, apenas não surpreende a posição dos comunistas, sempre fiéis à sua velha ortodoxia e à sua fobia perante os Estados Unidos da América.

Ao contrário de algumas falsas teses históricas, a Jugoslávia do marechal Tito nunca foi um exemplo de democracia e de pluralismo político. Com a queda do Muro de Berlim, o regime de partido único de Belgrado caiu de podre. Áreas geográficas com longa história de autonomia, como a Eslovénia e a Croácia, reclamaram legitimamente a independência, após referendos que proporcionaram resultados esmagadores favoráveis a uma separação. Milosevic, em inequívoco contraste com Presidente checo Vaclav Havel (caso da independência da Eslováquia), não aceitou pacificamente a vontade dos cidadãos. Antes, escolheu o caminho das intervenções militares, começando pela falhada tentativa de invadir a Eslovénia. A seguir, bombardeou Zagreb e envolveu-se numa violenta guerra com a Croácia.

Num caminho de crescente violência, o regime de Milosevic optou depois por apoiar forças sérvias-bósnias, massacrando populações muçulmanas, destruindo Sarajevo e voltando a trazer à Europa os horrores dos genocídios. Quem poderá esquecer as atrocidades cometidas na Bósnia e as imagens chocantes das valas comuns? Quantos militares sérvios são hoje responsabilizados e procurados por crimes de guerra?

Infelizmente, as atrocidades sérvias estenderam-se agora a Kosovo, temendo-se que a acção de limpeza étnica em curso possa atingir mais de um milhão de albaneses. Portugal, país com uma exemplar democracia, nunca poderia deixar de estar ao lado daqueles que entendem que os princípios dos Direitos Humanos e da autodeterminação de um povo são universais e para cumprir. Grave seria se fechássemos os olhos, na própria Europa, a uma realidade tão cruel, a fazer lembrar os piores episódios da Alemanha nazi.



MILITANTES ELEGEM DELEGADOS AO CONGRESSO

A eleição em todas as estruturas do PS de norte a sul do País dos delegados ao IV Congresso do PS era a manchete da edição de 9 de Abril de 1981.

Nas páginas desta edição do «Acção Socialista» eram publicados diversos artigos de camaradas sobre as moções que iriam ser alvo de viva e apaixonante discussão no decorrer do IV Congresso do PS. Na primeira página era dado ainda destaque à suspensão pela UGT dos contactos e negociações com o Governo da AD.

Ainda no âmbito sindical, o «AS» publicava um comunicado do Sindetex contra o aumento do custo de vida que esta organização classificava de «escandaloso».

A homenagem promovida pelo Secretariado do Grupo Parlamentar do PS ao camarada Magalhães Godinho, insigne democrata e resistente antifascista, exemplo de verticalidade e espírito democrático era também notícia.

J. C. C. B.

9 de Abril

Quem disse?

«O PS deve ter como preocupação dinamizar a união das forças populares, que se traduza em acções comuns com sindicatos, associações de defesa do consumidor, ou da qualidade de vida, comissões de trabalhadores.»

Rui Cunha



Timor-Leste Incidentes indignam Executivo português

O Executivo de Portugal manifestou, na passada segunda-feira, dia 5, a sua «mais séria indignação e repulsa» em relação aos incidentes ocorridos em Liquiçá, que, segundo dirigentes da Resistência timorense, já causaram 17 mortos.

«O Governo português vem tomando conhecimento com crescente apreensão da multiplicação de incidentes em Timor-Leste em que milícias armadas, apoiadas por elementos das forças regulares indonésias, desencadeiam acções de intimidação e violência contra as populações», diz um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português.

Segundo a mesma nota, o MNE já deu conhecimento ao secretário-geral das Nações Unidas dos incidentes de Liquiçá, «onde milícias armadas, com o apoio das Forças Armadas indonésias, causaram um número importante de baixas entre civis indefesos».

«O Governo português reitera o seu empenho em prosseguir as negociações sob os auspícios da ONU, que considera capazes de levar a curto prazo a uma solução justa e duradoura para Timor-Leste que tenha em conta os direitos do povo timorense», salienta o documento.

O MNE diz não poder, contudo, deixar de «confrontar o Governo indonésio com as suas responsabilidades nestes incidentes, que contrastam não só com a maturidade demonstrada pela Resistência timorense



como colidem com as obrigações que lhe cabem na manutenção da estabilidade em Timor-Leste, sem a qual todo este processo poderá ficar comprometido».

O Executivo socialista regista ainda «a contenção que a resistência timorense vem revelando e que reflecte o seu empenho, bem como do seu principal dirigente, Xanana Gusmão, na criação de um ambiente mais propício à concretização de uma solução negociada da questão timorense».

Os incidentes desta semana em Liquiçá causaram 17 mortos confirmados pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense e levaram Xanana Gusmão a autorizar as Falintil a retomar as acções de guerrilha para defesa da população de Timor-Leste.

Agenda 2000 Executivo satisfeito com resultados das negociações

O primeiro-ministro, António Guterres, informou, no passado dia 1, em Lisboa, o Conselho de Ministros sobre os resultados da ronda final de negociações sobre a Agenda 2000.

Tendo tomado conhecimento do sucesso das iniciativas negociais portuguesas Conselho de Ministros congratulou-se pelo facto de todos os objectivos inicialmente traçados pelo Governo socialista terem sido

não apenas atingidos como, em certos casos, superados.

Com este importante sucesso, Portugal reforça as suas possibilidades de modernização, podendo agora os portugueses mais facilmente ver cumpridas as suas expectativas de melhoria das suas condições de vida, de progresso e de aproximação aos índices de desenvolvimento europeu.

Desporto Portugal e Cuba promovem intercâmbio

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, está de visita a Cuba, onde, até hoje, ultimará os preparativos de um intercâmbio desportivo entre ambos os países neste sector.

Assim, Lisboa e Havana vão estabelecer, pela primeira vez, um acordo de cooperação bilateral no domínio do desporto.

A informação foi divulgada, na passada segunda-feira, dia 5, num comunicado da Secretaria de Estado do Desporto em que também se avançam informações sobre a realização de estágios conjuntos, a propor

pelas federações desportivas de cada país, bem como sobre o intercâmbio de documentação e informação na área da Educação Física e do Desporto.

O acordo de cooperação desportiva, que vigorará durante o biénio 1999-2000, foi assinado ontem, em Havana, por Miranda Calha e pelo presidente do Instituto Nacional dos Desportos da República de Cuba, Humberto Rodríguez González.

O documento prevê ainda o intercâmbio de especialistas nas áreas da Medicina, Engenharia e Arquitectura Desportivas.

A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO DIA SEGUINTE

A droga continua a ser o «inimigo público número um da sociedade portuguesa» para o Executivo socialista. Assim o deixou claro o primeiro-ministro, António Guterres, quando, no dia 6, na Delegação Regional de Lisboa do IPJ, presidiu à cerimónia de apresentação do Programa Vida-Emprego, lançando um forte apelo à população para que colabore com os toxicodependentes, sobretudo «no dia seguinte» à sua recuperação.

Vida-Emprego é um plano criado e desenvolvido pelo Governo para apoiar a reinserção socioprofissional de ex-toxicodependentes em autarquias locais e empresas, uma causa que, segundo Guterres, é uma «forma extremamente nobre» de participação social.

«A droga é o inimigo número um da nossa sociedade, porque ela mata, mina a coesão da família e corrói a sociedade», e, por isso, merece a atenção do Estado e de toda a sociedade, disse o primeiro-ministro, lamentando que «exista quem enriqueça à custa do tráfico e à custa da morte dos outros».

O chefe do Executivo fez questão de salientar a importância de distinguir o inimigo droga do toxicodependente, dando especial relevo à três linhas de força para o combate ao primeiro e consequente apoio do segundo.

A juventude precisa, na opinião de Guterres, de alternativas que a afastem da rota cega da dependência de estupefacientes e é, por isso, imperativa o constante reforço de uma política de prevenção primária.

Mas a «vacina» não resulta para todos e muitos encontram-se já enleados na teia da droga de tal maneira que nem ajuda procura.

Para esses cidadãos, António Guterres reivindicou um apoio mais empenhado que consiste em ir ao seu encontro mesmo quando não peçam tratamento.

Por último, e porque a odisséia não termina com o fim da terapêutica, o primeiro-ministro frisou a necessidade de tratar do «dia seguinte», aquele em que, com esforço, força de vontade e sofrimento e após muitos meses, os recém-ex-toxicodependentes precisam da atenção da sociedade e não de serem encarados como um perigo ou uma ameaça.

Presentes na sessão de divulgação e apresentação pública do Programa Vida-Emprego estiveram, para além dos membros do Governo directamente envolvidos – o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, o ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, e o secretário de Estado da Formação, Paulo



Pedroso, alguns representantes dos municípios e empresas aderentes a este projecto de luta contra a exclusão social.

Para Sócrates, o Programa Vida-Emprego corresponde a uma política ambiciosa de combate à droga baseada na promoção das contratação de ex-toxicodependentes, não por deveres moralistas mas sobretudo porque fica mais barato para a sociedade.

«Este programa vem dar à reinserção um estatuto que antes não tinha, disse o governante, acrescentando que o Vida-Emprego responde «no essencial» ao problema da ressocialização de pessoas que se encontram numa situação de exclusão. Na opinião do ministro adjunto, o Estado assume desta maneira a sua responsabilidade social, mediante a implementação de medidas de discriminação positiva, referindo que era um programa como o Vida-Emprego «a peça que faltava» no enquadramento estratégico de luta contra a droga e a toxicodependência.

«Tenho a certeza de que a nossa política da droga fica agora mais estruturada e mais madura», afirmou.

Por sua vez, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que tutela o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), entidade que vai disponibilizar as verbas para a concretização do programa, sublinhou que «não se trata de uma despesa, mas sim de um investimento».

Se por um lado beneficia em primeiro lugar os ex-toxicodependentes no seu processo de recuperação, o Programa Vida-Emprego «acarreta enormes benefícios para o conjunto da sociedade», salientou o governante, que não hesitou em declarar que uma sociedade é tanto mais democrática quanto mais apta estiver para garantir



o exercício dos direitos de cidadania àqueles que se encontram mais afastados.

Para os anos de 1999 e 2000, o IEFP disponibilizou 1,5 milhões, «uma verba significativa» que é um «investimento numa sociedade com mais integração e numa sociedade que sabe apoiar mais aqueles que mais precisam».

Na opinião do ministro do Trabalho e Solidariedade, o Vida-Emprego constitui um desafio, implicando um investimento que não se avalia apenas em cifras mas também pela inovação.

Sublinhando a importância bacilar da reinserção social, o governante apontou o emprego como um dos principais mecanismos para lograr a integração, uma integração pelo trabalho.

«Para aqueles mais afastados da sociedade a falta de emprego e, o que é pior, a falta de perspectivas de o ter, resulta num passo decisivo para o não avanço do processo de recuperação do toxicodependente», afirmou Ferro Rodrigues, afirmou Ferro Rodrigues para quem é evidente a imperativa necessidade de uma resposta integrada ao problema da droga.

«É preciso fazer face a este flagelo pela discriminação positiva e sem complexos», concluiu.

A vida não é uma droga

Da responsabilidade do Projecto Vida, dirigido por Alexandre Rosa, o Programa Vida-Emprego destina-se a toxicodependentes que tenham sido sujeitos a uma terapêutica para recuperação, sendo gerido por cinco delegações regionais com uma área equivalente às comissões de coordenação (Agência Norte, sediada no Porto; Centro, localizada em Coimbra; Lisboa e Vale do

Tejo; Alentejo, estabelecido e Évora; e Algarve, situado em Loulé).

Ao abrigo do programa, o Estado comparticipa em 80 por cento do salário mínimo para pagamento aos contratados e, com o mesmo montante, nas contribuições à Segurança Social das empresas que admitam ex-toxicodependentes.

As empresas podem ainda beneficiar de um apoio financeiro equivalente a 18 vezes o salário mínimo se vierem a integrar nos seus quadros os beneficiários do programa.

Assim, Governo, câmaras municipais e empresas subscreveram o protocolo do Programa Vida-Emprego, que contempla também o «auto-emprego», através de apoios financeiros a ex-toxicodependentes que se proponham criar uma empresa ou desenvolver uma actividade por conta própria.

Com vista a «desenvolver respostas que preencham as necessidades e expectativas do toxicodependente que deseje iniciar uma etapa nova na sua vida», o Governo decidiu criar o programa Vida-Emprego destinado a promover a formação e o emprego adaptados às especificidades da reinserção de toxicodependentes.

O programa prevê também incentivos à criação do próprio emprego, que consistem na «comparticipação nas despesas de investimento, início da actividade e despesas iniciais de funcionamento de unidades empresariais que, independentemente do estatuto jurídico, sejam promovidas por toxicodependentes, devidamente enquadrados pelas entidades de tratamento».

«São destinatários desta medida os toxicodependentes que, atestadamente, se encontrem em condições de iniciar um processo de inserção desta natureza, acompanhados pelos mediadores e pelas agências regionais na definição do seu projecto e na respectiva candidatura a financiamento».

A reinserção social é encarada pelo programa como uma «etapa indissolúvel do tratamento sem a qual não se pode considerar que o indivíduo se encontra verdadeiramente curado».

O Programa Vida-Emprego, criado por resolução de Conselho de Ministros de 4 de Dezembro de 1998, estipula ainda medidas específicas, entre as quais estágios de integração socioprofissional e mediação para a formação e o emprego.

Esta última consiste no «apoio à contratação de mediadores, que acompanhem o processo de inserção profissional dos toxicodependentes, que tenham ou estejam a terminar o tratamento».

São consideradas entidades promotoras desta medida as instituições de tratamento de toxicodependentes, cuja actividade seja desenvolvida ou reconhecida pelo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e os Estabelecimentos Prisionais.

MARY RODRIGUES

FORÇAS ARMADAS

Veiga Simão na Assembleia da República

LEI DO SERVIÇO MILITAR DÁ CUMPRIMENTO À CONSTITUIÇÃO

A proposta de lei do Serviço Militar foi aprovada na semana passada na Assembleia da República, tendo merecido os votos favoráveis da bancada socialista e a oposição isolada do PCP. Como explicou o ministro da Defesa na apresentação do diploma, esta reforma «extingue em tempo de paz o serviço militar obrigatório, estabelecendo, nesse período, o princípio do voluntariado como forma normal de recrutamento». Por outro lado, esta lei dá cumprimento à Constituição, ao fixar as formas, a natureza, a duração e o conteúdo da prestação do serviço militar.



Usando da palavra no plenário da Assembleia da República, Veiga Simão definiu como principal objetivo da Lei do Serviço Militar dotar as Forças Armadas de recursos humanos qualificados. Recursos que permitam cumprir as missões que lhe são atribuídas, conciliando ideias constitucionais com realidades actuais. Como sublinhou o titular da pasta da Defesa, «a paz sonhada está longe de se atingir e a Nação deve dispor de um instrumento militar essencial à soberania, à conjuntura internacional e à sua sobrevivência».

«Ao optar pela profissionalização nas Forças Armadas, traduzida em recursos humanos inseridos em quadros permanentes ou vinculados a regimes contratuais, escolhemos uma via que, no nosso enten-

dimento, permite uma criativa e adequada reestruturação e modernização das Forças Armadas, essencial para enfrentar os grandes desafios do início do século XXI — uns que já nos afligem, outros previsíveis e outros, ainda, que embora no domínio do imaginário, são possíveis», referiu o membro do Governo.

Com a aprovação da proposta de lei, o ministro da Defesa adiantou que, em simultâneo, terão de se intensificar e generalizar «ações que promovam o culto da cidadania, seja na escola ou no emprego e que se criem condições para um clima que fortaleça a consciência da defesa da pátria».

«A opção do voluntariado nas Forças Armadas obriga-nos, assim, a reflectir sobre o objectivo consagrado na nossa Consti-

tução política de realização da democracia económica, social e cultural e, sobretudo, do aprofundamento da democracia participativa», acrescentou Veiga Simão, antes de sublinhar que «é pela civildade, atributo essencial da democracia participativa que podemos abrir os caminhos inovadores. Os desafios a que a profissionalização das nossas Forças Armadas permitirá dar resposta eficaz e adequada vão desde uma inserção correcta em alianças que assegurem a defesa colectiva, a uma participação activa em forças multinacionais conjuntas e combinadas, que respondam à preservação da paz, da democracia e da segurança humana e à preservação e resolução das crises que afectem a estabilidade euro-atlântica», re-

feriu o ministro da Defesa. A este propósito, também não esqueceu que a cooperação criativa e inovadora com os Países de Língua Oficial Portuguesa insere-se igualmente como vertente essencial do nosso futuro.

Na perspectiva de Veiga Simão, «a profissionalização nas Forças Armadas é o modelo que melhor permite o culto e a dinamização de valores essenciais ao prestígio da instituição militar».

Durante o seu discurso na Assembleia da República, o ministro da Defesa debruçou-se ainda sobre a actual conjuntura internacional após o fim da Guerra Fria. Em paralelo com as transformações registadas desde o final da década de 80, o titular da pasta da Defesa lembrou que muitas das mudanças identificam-se com «múltiplos riscos e incertezas, sobretudo associados a tensões derivadas dos fenómenos da globalização e das dificuldades de diversa natureza ligadas à estabilização política e económica de alguns Estados na área euro-atlântica e também a situações existentes em regiões de periferia do continente europeu».

«Esses riscos e incertezas são densificados por ameaças potenciais de terrorismo nuclear, químico e biológico», adiantou o titular da pasta da Defesa, para quem, «sem mudar de natureza, a defesa e segurança passou a ter que ser compreendida e traduzida pela integração permanente e efectiva de outros factores constituintes, designadamente de ordem política, diplomática, militar, económica, cultural, social, ambiental e tecnológica».

CULTURA

Apesar das actuais insuficiências

OPOSIÇÃO PREPARA BLOQUEIO À LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO

Os partidos da oposição prepararam-se para se coligar hoje contra o Governo na Assembleia da República, votando contra a lei de Bases do Património Cultural, apresentada em plenário pelo ministro Manuel Maria Carrilho. A legislação proposta pelo Governo pretendia colocar um ponto final na inoperância das disposições relativas aos Regime de Protecção de Bens Patrimoniais, nomeadamente no que se refere à exportação ilícita de bens, bem como à falta de clarificação das responsabilidades entre a Administração Central, Regional e Local. No país verifica-se ainda um inequívoco desajustamento entre a legislação portuguesa de Direito Internacional e Comunitário e uma desadequação do seu regime fiscal. Com a nova proposta de Lei, o Executivo

pretendia consagrar um novo regime de protecção do património com a criação de três níveis diferenciados, definir pela primeira vez critérios genéricos para apreciação do interesse cultural de um bem e adoptar o princípio da contratualização entre o Estado e outras entidades. Uma das principais finalidades do documento do Ministério da Cultura consistia na constituição de uma base de dados que integre bilhetes de identidade peça-a-peça, o que reforçaria a protecção aos proprietários em caso de roubo.

Como salientou o ministro da Cultura, este registo - o inventário -, destina-se a «fazer o levantamento sistemático e exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação». Por esta via, «todos os bens culturais serão, tal como as pessoas, portadoras de um do-

cumento de identificação», embora a inclusão de um bem privado no inventário geral se encontre dependente do consentimento do proprietário, «dele não advindo deveres especiais mas apenas benefícios». A proposta de lei do Governo também pretendia reforçar as competências dos municípios na protecção e salvaguarda do património. Por esta razão, as autarquias passarão a ter competência de qualificação de um bem com valor municipal e terão autonomia na elaboração dos planos de pormenor de salvaguarda. Neste regime de valorização, o ministro destacou igualmente as vantagens que poderiam decorrer dos mecanismos de contratualização.

Também pela primeira vez, a proposta de lei de Bases do Património Cultural iria definir os critérios genéricos para a aprecia-

ção do interesse cultural de um bem. Os critérios, como salientou o membro do Governo, seriam tão precisos quanto possível, numa matéria sujeita a apreciações subjectivas de selecção ou de reconhecimento do valor cultural dos bens. A optar-se por esta solução, o Executivo estaria a reduzir a margem de discricionariedade da Administração Pública, clarificando, consequentemente, a situação dos administrados.

Finalmente, sobre o princípio da contratualização, a proposta de lei visava estabelecer entre o Estado, igreja, autarquias, misericórdias e privados um regime comum de colaboração e cooperação na protecção, promoção e fruição patrimonial com inteiro respeito pela titularidade e respectivo usufruto desses bens.

KOSOVO

Primeiro-ministro indignado com catastrophe humanitária

INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA JUGOSLÁVIA — UM IMPERATIVO POLÍTICO E ÉTICO

Na quinta vez que falou à Comunicação Social sobre o conflito no Kosovo, António Guterres atribuiu como principais motivos para a intervenção portuguesa na Jugoslávia, no quadro da Aliança Atlântica, a catastrophe humanitária que está a ser provocada pelo regime ditatorial de Milosevic, expulsando das suas terras centenas de milhar de crianças, mulheres e idosos albaneses. Nos últimos dias, a comunidade internacional também tem acumulado provas de que o regime de Belgrado estará a praticar um autêntico massacre às populações que ainda permanecem no interior do Kosovo. Face a este panorama, Portugal só poderia agir, exigindo o respeito pela autonomia da população albanesa e minimizando as condições de miséria dos refugiados kosovares. Portugal está pronto a receber cerca de 1500 refugiados e já enviou para a Macedónia ajuda humanitária.

O primeiro carregamento da ajuda humanitária enviada por Portugal para os refugiados do Kosovo chegou segunda-feira à tarde à capital da Macedónia, Skopje. Organizado pelo planeamento civil de emergência, o material enviado seguiu a bordo de um avião C-130 da Forças Aéreas e incluiu 2500 cobertores, 1500 litros de leite e 3500 rações de combate, explicou o ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, numa conferência de imprensa em que se encontrava ladeado pelos secretários de Estado da Presidência e da Administração Interna, respectivamente, Vitalino Canas e Armando Vara, e pelo presidente da Protecção Civil, António Nunes. Tal como outros países da União Europeia, Portugal considera que seria preferível a instalação dos refugiados em países limítrofes da zona do conflito, estando o Executivo de António Guterres disposto a colaborar financeiramente e com o envio de material para essa instalação. Por esta via, poderão criar-se as condições para o regresso dos refugiados o mais rapidamente possível ao Kosovo. O plano de ajuda humanitária aos refugiados do Kosovo tem estado a ser elaborado pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Solidariedade e da Administração Interna, com o apoio da Cruz Vermelha Portuguesa. A preparação envolveu a coordenação com diversos outros organismos, tais como a Segurança Social, a Cáritas, Exército de Salvação, Instituto Nacional de Emergência Médica, administrações regionais de Saúde, Serviço Nacional de Bombeiros, PSP e GNR.



Domingo passado, durante uma comunicação ao País, o primeiro-ministro anunciou que Portugal decidiu acolher em território nacional refugiados da Albânia. A partir do começo desta semana, ainda segundo o secretário-geral do PS, Portugal comunicou estar disponível para acolher um grupo de 1500 refugiados. António Guterres sublinhou também o empenho de vários ministérios (Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Defesa e Solidariedade) na preparação do apoio humanitário e ainda de organizações não governamentais e da Cruz Vermelha Portuguesa, que já abriu uma conta bancária para o auxílio aos refugiados. Na sua comunicação, o primeiro-ministro reiterou uma vez mais as razões da intervenção dos aliados da Aliança Atlântica na Jugoslávia, lembrando que esta procura evitar uma catastrophe humanitária: a «limpeza étnica» da região do Kosovo. A este propósito, lembrou que os albaneses são um dos povos mais pobres da Europa e que há mais tempo ocupava o Kosovo, onde constituem 90 por cento da população. Apesar disso, o território foi atribuído à Sérvia e depois à Jugoslávia. Neste último período, o marechal Tito reconheceu a autonomia do Kosovo, mais tarde retirada pelo ditador Milosevic. Face a estes factos, o primeiro-ministro realçou que foi por um imperativo político e moral que Portugal integrou as forças da NATO na operação da Jugoslávia, que foi desencadeada para tentar fazer parar a lim-

peza étnica em curso, justificou ainda Guterres. «Uma limpeza étnica é um crime contra a humanidade», frisou o chefe do Governo, na quinta declaração que fez à Comunicação Social sobre o conflito no Kosovo. De acordo com o primeiro-ministro, a operação da NATO tem como único objectivo anular a capacidade militar sérvia para aniquilar ou expulsar os albaneses do Kosovo. «É sempre fácil criticar o uso da força, mas gostaria aqui de lembrar o que foi a tragédia da Bósnia e o que foi a indignação da opinião pública perante o tempo com que a comunidade internacional levou a reagir quando ocorreu essa tragédia», recordou ainda o chefe do Governo.

Crimes sérvios na Bósnia

Depois de ter lembrado os massacres, os crimes e as violações praticados pelo exército da Sérvia na Bósnia, António Guterres considerou que, nessa altura, a comunidade internacional «agiu tarde de mais e, por isso, a NATO decidiu intervir o mais rapidamente possível no Kosovo». Nesta matéria, frisou o chefe do Governo, «Portugal tem mantido uma atitude de firmeza e serenidade. Firmeza porque quer impedir o prosseguimento da limpeza étnica, serenidade porque desejamos sinceramente que a força seja utilizada para que dela saia uma solução política que permita o regresso dos albaneses do Kosovo às suas terras ance-

trais», explicou.

Neste contexto, o primeiro-ministro disse que viu com apreço as diligências do primeiro-ministro russo e do enviado do Papa, mas também importará lamentar a rejeição e a intransigência de Milosevic face às propostas que lhe foram feitas. António Guterres declarou ainda que o número de refugiados a receber por Portugal está de acordo com a dimensão do nosso país e recordou que o Ministério dos Negócios Estrangeiros já dispôs das suas reservas cerca de meio milhão de dólares. Além deste auxílio, os ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros participaram terça-feira na conferência de dados, tendo em vista a participação conjunta nas acções de coordenação europeia para o apoio aos refugiados albaneses.

Quanto às acções militares portuguesas no terreno, o primeiro-ministro lembrou a participação de três aviões nacionais F-130 em acções de patrulhamento e escolta na operação da NATO na Jugoslávia. Apesar de ter sido a quinta vez que se pronunciou sobre a intervenção portuguesa, Guterres reconheceu que a mensagem não passou e, por isso, existiram algumas perplexidades na opinião pública sobre qual a verdadeira posição do Governo na questão do Kosovo. Na sua comunicação ao País, António Guterres aproveitou também a ocasião para dirigir uma saudação aos militares portugueses empenhados na operação da NATO.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

- O secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, disse, no dia 3, em Lamego, que «é preciso encerrar as 342 lixeiras existentes no País». Ricardo Magalhães falava aos jornalistas após ter recebido na Câmara Municipal de Lamego os presidentes das Juntas de Freguesia que encabeçavam duas manifestações antagónicas - a favor e contra a construção do aterro sanitário.



O governante, que se deslocou a Lamego para inaugurar o parque Isidoro Guedes, referiu que «a Associação de Municípios Vale Douro Sul tem de encerrar as 14 lixeiras a céu aberto que possui e não pode por isso perder o momento "histórico"» com a construção de um aterro intermunicipal, cujo investimento ronda os 2,8 milhões de contos. As duas manifestações reuniram cerca de 400 pessoas, os que pretendem o encerramento da lixeira da Várzea de Abrunhais e a favor da construção de um aterro sanitário, sem local especificado, e os que estão contra a construção do aterro sanitário em Bigorne.

Os manifestantes gritaram palavras de ordem pró e contra o aterro, tendo sido vigiados por efectivos da polícia.

A ameaça de colocar 200 vacas leiteiras em frente à Câmara de Lamego não se concretizou porque as forças de segurança montaram, logo ao início da manhã, um cordão policial em todas as entradas da cidade, numa operação conjunta da PSP e GNR de Lamego.

Sobre a localização do aterro sanitário em Bigorne, Ricardo Magalhães deixou claro que o processo vai prosseguir porque a escolha e os critérios que a nortearam são da responsabilidade da Associação Municípios Vale Douro Sul, cabendo ao Ministério do Ambiente aprovar ou não o projecto. Em declarações à Imprensa, o secretário de Estado frisou que ninguém tomaria uma decisão nesse sentido se «houvesse riscos ambientais e em matéria de qualidade para um curso de água».

Face aos protestos dos presidentes da Junta de Freguesia de Lazarim e Bigorne e da Associação ambientalista ANTA prometeu visitar o local de Bigorne.

CIÊNCIA

- O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, marcou com a sua presença, no dia 7, em Lisboa, a sessão de abertura das Jornadas de Inovação que terminam amanhã e que decorrem no Centro de

Congressos da AIP (antiga FIL), na Junqueira.



As jornadas visam debater e mostrar a evolução recente da actividade de inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas nacionais e promover novas iniciativas e projectos de investigação, envolvendo as comunidades científica e empresarial.

A política de incentivo à inovação tecnológica nas empresas prosseguida pelo Governo socialista nos últimos três anos permitiu realizar as jornadas num contexto de crescimento das despesas em investigação aplicada. Cerca de 12 por cento, segundo os dados do último Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

Fica, assim, invertida a tendência negativa que marcou a primeira metade da década de 90.

COMÉRCIO

- O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo de Castro, anunciou, no dia 5, em Abrantes, que o Executivo socialista vai criar um Fundo de Garantia Mútua para os comerciantes, idêntico às sociedades de garantia que estão a ser criadas no País.



O referido fundo, cujo contrato de constituição vai ser assinado ainda este ano entre a Caixa Geral de Depósitos, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e o Banco Nacional Ultramarino, vai servir de intermediário entre os comerciantes e a banca.

Os comerciantes que aderirem ao Fundo de Garantia Mútua terão melhores condições para negociar financiamentos com as instituições bancárias.

Trata-se de uma das medidas de defesa do chamado comércio tradicional que, segundo Osvaldo de Castro, foi «agredido durante muitos anos».

«Um comerciante em dificuldades financeiras

pode obter mais facilidade em financiamentos bancários», acrescentou.

O governante anunciou ainda que o Governo está a equacionar a criação de um fundo de solidariedade e pensões para os comerciantes com mais de 65 anos de idade.

Este fundo foi baseado num estudo encomendado pela Secretaria de Estado, que revelou que cerca de dez mil comerciantes com idade avançada têm reformas entre os 20 e 30 contos.

CULTURA

- O ministro da Cultura responsabilizou, no passado dia 1, em Lisboa, os partidos da oposição por manterem uma lacuna legal na defesa do património caso votem contra a proposta da nova Lei de Bases apresentada pelo Governo neste domínio.



Manuel Maria Carrilho falava aos jornalistas, no Ministério da Cultura, após a lei ter sido votada no Parlamento, mas cujo resultado acabaria por ser anulado por falta de quorum. A intenção de voto contra a lei por parte dos partidos da oposição constitui, para o governante, «uma manifestação de desprezo e arrogância para com o património do País».

A proposta governamental de Lei de Bases do Património Cultural foi apresentada e debatida recentemente, na Assembleia da República, com os partidos a manifestarem discordância relativamente a alguns aspectos.

EQUIPAMENTO

- O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do território, João Cravinho, presidiu, no dia 6, no Porto, à sessão de abertura do seminário «Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território» (PNPOT), organizado pela Secretaria de Estado da Administração Local.



Este evento, que decorreu no Museu dos Transportes e Comunicações, marcou o início de um processo que se deseja amplamente participado sobre «o Território que queremos para ao século XXI».

Recorde-se que a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo prevê um novo instrumento de desenvolvimento territorial: o PNPOT.

Este programa visa definir as directrizes e as orientações fundamentais de um novo modelo de organização espacial que tenha em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas, e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas relevantes do ponto de vista agrícola, ambiental e patrimonial.

Sendo a primeira vez que se consagra um instrumento dirigido ao ordenamento do território, torna-se absolutamente necessária a obtenção de um consenso nacional acerca das opções estratégicas de incidência territorial.

SAÚDE

- O secretário de Estado da Saúde, Francisco Ventura Ramos, esteve presente, no dia 6, em Serpa, na sessão de abertura do seminário «Viver Activo, Envelhecer Bem».

O evento, que decorreu no Cine-Teatro local, inseriu-se no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde.

Depois de presidir ao acto inaugural da conferência de abertura, o secretário de Estado da Saúde participou no que se convencionou chamar de «Experiências Regionais».

TRANSPORTES

- O secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, presidiu, no dia 7, em Ovar, à cerimónia de otorga do acordo de colaboração técnico-financeiro para a construção da passagem interior da Madria. A cerimónia, que decorreu no Salão Nobre da autarquia local, contou também com a presença de responsáveis da Direcção-Geral de Transportes Terrestres e do município.



Este contrato de comparticipação formaliza um apoio de 72,53 por cento do valor de adjudicação da obra e da revisão de preços.

Estima-se que o custo da obra ascenda a 260 mil contos, incluídos os acessos.

Esta importante construção para a cidade de Ovar, quando concluída, fará a ligação Ovar - São João e o atravessamento da linha de Caminho de Ferro.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que regula o regime de acesso e de exercício da actividade de prestador de serviços de audiotexto;
- Um decreto-lei que regula a publicidade aos serviços de audiotexto;
- Um decreto-lei que atribui à sociedade Fertagus - Travessia do Tejo, Transportes, SA, a exploração do serviço público de transporte ferroviário de passageiros no Eixo Norte-Sul da região de Lisboa, em regime de concessão, e aprova as bases que a regulam, assim como a minuta de contrato de concessão;
- Um decreto-lei que aprova a terceira fase do processo de privatização do capital social da BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que procede à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação das doenças profissionais em conformidade com o novo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, e no desenvolvimento do regime previsto na Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto;
- Um decreto regulamentar que organiza o Sistema de Registos da Comunicação Social;
- Uma resolução que cria uma comissão de acompanhamento para a instituição do sistema de metro do Porto;
- Uma proposta de lei que altera o Estatuto dos Magistrados Judiciais;
- Um decreto-lei que alarga o âmbito de aplicação do decreto-lei n.º 19/95, de 28 de Janeiro, facultando o reconhecimento no sistema de ensino superior português dos cursos e graus da Escola Superior de Turismo de Macau que apresentem estrutura e exigência, científica e pedagógica, de nível idêntico aos cursos homólogos ministrados pelas instituições de ensino superior portuguesas;
- Um decreto-lei que define o regime aplicável aos actos deliberativos da concessão de equiparação de habilitações praticadas até 19 de Outubro de 1997, pelos conselhos científicos das escolas superiores de tecnologia da saúde;
- Um decreto-lei que altera o n.º 3 do artigo 4º diploma relativo à utilização e à comercialização das enzimas, dos microorganismos dos seus preparados na alimentação para animais, transpondo para a ordem jurídica interna a directiva comunitária correspondente;
- Um decreto-lei que estabelece as normas relativas à colocação em circulação das matérias-primas para alimentação animal;
- Um decreto-lei que estabelece regras relativas à colocação no mercado de adubos e correctivos agrícolas;
- Um decreto-lei que altera os anexos II e IV ao decreto-lei n.º 46/98, de 15 de Fevereiro, por forma a incluir os municípios de Odivelas, Trofa e Vizela nas matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS);
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico das condecorações da Cruz Vermeilha Portuguesa;
- Um decreto-lei que cria a figura de secretário-executivo, no âmbito do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Uma resolução que aprova a convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento e respectivo protocolo, assinados em Beijing, a 21 de Abril de 1998;
- Um decreto que aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República da Índia, assinado em Nova Deli, em 3 de Dezembro de 1998;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Áustria sobre reembolso de despesas relativas a prestações em espécie de saúde, assinado em Viena, em 16 de Dezembro de 1998;
- Um decreto que aprova a convenção entre a República Portuguesa e a República da Áustria em matéria de Segurança Social, assinada em Viena, em 16 de Dezembro de 1998;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao regulamento e plantas de ordenamento do Plano Director Municipal da Póvoa de Lanhoso, ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 169/95, de 14 de Setembro;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Lúdico-Desportiva de Cortegaça, no município de Ovar;
- Um decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à cessação da comercialização da gasolina com chumbo e à disponibilização, aos consumidores, de produtos que a substituam, bem como as disposições aplicáveis às características desses produtos;
- Um decreto-lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos Planos de Gestão Florestal (PGF);
- Um decreto-lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e dos Planos de Gestão Florestal, regulamentando os artigos 5º, 6º e 7º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal);
- Um decreto-lei que cria e regula o funcionamento do sistema de indemnização dos investidores e introduz alterações no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável às cauções nos contratos de fornecimento aos consumidores dos serviços públicos essenciais previstos na Lei n.º 23/96, de 26 de Julho;
- Um decreto-lei que estabelece o enquadramento jurídico dos poderes conferidos ao Instituto do Consumidor pelas alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 21º da Lei n.º 24/96, de 31 de Junho.

DISCIPLINADOS SERVIÇOS COM VALOR ACRESCENTADO

O Governo socialista deu luz verde, no passado dia 1, em reunião de Conselho de Ministros, ao novo regime de acesso e de exercício da actividade de prestador de serviços de audiotexto, ou seja, publicidade televisiva de serviços.

O decreto-lei visa disciplinar a prestação dos referidos serviços de audiotexto, anteriormente designados por serviços de telecomunicações de valor acrescentado, os quais, pelas suas características específicas, são suportados em serviços de telecomunicações de uso público, podendo ser prestados por pessoas singulares ou por pessoas colectivas, devidamente registadas nos termos das regras de acesso à actividade consagradas no diploma. Atenta a especificidade deste tipo de serviços, diferenciáveis em função de conteúdos e cuja divulgação se processa através de serviços de telecomunicações, enfoca-se a natureza horizontal do respectivo controlo e fiscalização que recai, quer sobre o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), quer sobre os diferentes órgãos e serviços do Estado competentes em razão da matéria, designadamente, no domínio da publicidade, dos direitos de autor e direitos conexos, da protecção de dados pessoais, bem como na aplicação da legislação relativa à realização de jogos de fortuna ou de azar. A natureza específica de que se revestem estes serviços é determinante da fixação de um regime autónomo e diferenciado do fixado para os serviços de telecomunicações de uso público, que lhes servem de suporte.

De entre as medidas avançadas no diploma salientam-se as que obrigam à indicação do preço dos serviços de audiotexto consoante o tipo de serviço: o preço por minuto; o preço por cada período de 15 segundos (apenas para serviços com duração máxima de um minuto e desde que garantido, pelo equipamento do prestador, o desligamento automático da chamada decorrido esse período); o preço da chamada (para todos os serviços com preços fixos de chamada), independentemente da sua duração.

Os prestadores devem garantir ao utilizador, no momento de acesso ao serviço - nomeadamente através de mensagem oral gravada -, a explicitação do tipo do serviço e, se for o caso, o facto de se dirigir a adultos, bem como o preço a cobrar.

Por outro lado, os serviços devem conter sinal sonoro que evidencie a cadência por cada minuto de comunicação.

A pedido dos respectivos clientes, os prestadores de serviços de suporte devem barrar, sem quaisquer encargos, o acesso a serviços de audiotexto, genérica ou selectivamente, de acordo com as possibilidades técnicas existentes.

**Interdita PUB erótica para menores**

Na mesma reunião do Conselho de Ministros, decorrida na passada quinta-feira, em Lisboa, o Executivo deliberou aprovar um segundo diploma neste âmbito que regula a publicidade aos serviços de audiotexto. Os anúncios interditos são os dirigidos a menores, sob qualquer forma e através de qualquer suporte publicitário, nomeadamente integrando-a em publicações, gravações, emissões ou qualquer outro tipo de comunicações que lhes sejam especialmente dirigidas.

Estabelecem-se também restrições à publicitação destes serviços, nomeadamente quando destinados a adultos, exigindo-se a indicação da identidade ou da denominação social do prestador, do conteúdo do serviço e do respectivo preço, de acordo com as regras fixadas para a indicação de preços na legislação que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços de audiotexto.

Este segundo decreto-lei proíbe, por outro lado, a publicidade a serviços de audiotexto de conteúdo erótico ou sexual ou que como tal sejam anunciados através de suportes de publicidade exterior; na imprensa, quando utilize fotografias, desenhos, ou frases de apelo marcadamente erótico ou sexual, com excepção das publicações especializadas; bem como na televisão e na rádio, salvo no horário entre as zero e as seis horas.

O diploma define, ainda, um conjunto de coimas para os casos de violação das restrições e interdições nele estatuídas, coimas essas que podem oscilar entre cem e 750 contos (pessoas singulares) ou 700 e nove mil contos (pessoas colectivas).

As multas serão aplicáveis ao prestador do serviço, ao anunciante, ao profissional, à agência de publicidade e qualquer outra entidade que exerça a actividade publicitária, ao titular do suporte publicitário ou o respectivo concessionário, bem como qualquer outro interveniente na emissão da mensagem publicitária.

Compete ao Instituto do Consumidor a fiscalização do disposto neste diploma e a instrução dos processos por contra-ordenações nele previstas.

DESTAQUE - CM

Transporte público ferroviário

FERTAGUS EXPLORA EIXO NORTE-SUL

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 1, em Lisboa, um decreto-lei que atribui à sociedade Fertagus - Travessia do Tejo, Transportes, SA, a exploração do serviço público de transporte ferroviário de passageiros no eixo Norte-Sul da região de Lisboa, em regime de concessão.

O Governo definiu, igualmente, as bases que a regulam a prestação do serviço de transporte, bem como a minuta de contrato de concessão.

O diploma aprovado atribui, pois, em regime de exclusividade, à sociedade Fertagus a exploração, por um prazo de 30 anos, prorrogável por um período não superior a 15 anos, do serviço público de transporte ferroviário de passageiros do Eixo Norte-Sul, entre as estações de Roma/Areeiro,



Entrecampos, Sete Rios, Campolide, Alvíto, Pragal, Corroios, Foros de Amora e Fogueteiro.

Caso o ponto extremo do serviço

concessionado na margem norte não seja estendido até à estação do Oriente, a delimitação do percurso em regime de exclusividade terá como ponto extremo, na margem norte, a estação de Roma/Areeiro.

O diploma admite ainda a extensão do troço ferroviário entre o Fogueteiro e Praias do Sado (via Setúbal), mas estabelece que o regime de exclusividade não se aplicará às ligações ferroviárias suburbanas de passageiros que venham a ocorrer no troço Barreiro/Praias do Sado (via Setúbal).

À concessão estabelecida no diploma acresce acessoriamente a exploração das estações, interfaces, silos e parques de estacionamento da margem sul (Pragal, Corroios,

Foros de Amora e Fogueteiro) assim como das áreas comerciais incluídas nessas estações e interfaces.

Determina-se, por outro lado, que os comboios de longo curso (Intercidades ou outros idênticos) e os comboios regionais só poderão ter paragens, na margem sul, na estação do Pragal e nas estações incluídas no troço Pinhal Novo/Praias do Sado (via Setúbal).

Tais paragens servirão apenas para embarque de passageiros (no sentido norte-sul) ou para desembarque de passageiros (no sentido sul-norte).

Admite-se, finalmente, que o concessionário terá o direito a ser compensado pelos prejuízos financeiros, comprovadamente verificados, resultantes da eventual abertura de novas infra-estruturas de travessia do rio Tejo no espaço compreendido entre a Ponte Vasco da Gama e o limite poente do rio Tejo. No que respeita a tarifários, os bilhetes simples pré-comprados oscilarão entre 208 (Pragal/Lisboa) e 352 escudos (Fogueteiro/Lisboa), prevendo-se também passes sociais simples e compostos (estes com ligação a outras redes de transportes urbanos).

Os primeiros oscilarão entre 4 160 (Pragal/Lisboa) e 7 040 escudos (Fogueteiro/Lisboa) e os segundos (Fertagus/Carris/Metropolitano), oscilando entre 6 200 (Pragal/Lisboa) e 9 200 escudos (Fogueteiro/Lisboa).

DESTAQUE - CM

Doenças profissionais

REGULAMENTAÇÃO APERFEIÇOADA

O Executivo socialista procedeu, no dia 1, em Lisboa, à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação das doenças profissionais em conformidade com o novo regime jurídico aprovado em 1997. A reparação das doenças profissionais apareceu na legislação da maioria dos países, incluindo Portugal, intimamente ligada à dos acidentes de trabalho, quer com a dupla designação, quer na formulação integrada de riscos profissionais.

Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais são, em regra, considerados como uma eventualidade a proteger no âmbito dos instrumentos normativos internacionais de segurança social, como é o caso da Convenção n.º 102 da Organização Internacional do Trabalho e do Código Europeu de Segurança Social.

As bases legais de cobertura dos riscos profissionais são actualmente fixadas pela Lei de 1965, pelo Decreto n.º 360/71, que a regulamentou, e por numerosa legislação complementar, que se baseiam no tradicional princípio de responsabilidade patronal, com transferência obrigatória da cobertura do risco para empresas seguradoras. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 200/81, de 9 de Julho, determinou a integração no regime geral de segurança social da protecção do risco de doença profissional, que ficou desligada da actividade seguradora, mas, ao mesmo tempo, não se operou qualquer dissociação do regime legal de protecção da mesma.

A natural desactualização de uma legislação que remonta há mais de 30 anos, a nova filosofia da protecção social, bem como as próprias alterações dos factos sociais impuseram a revisão da legislação que a aprovação da Lei 100/97 veio concretizar e a qual exige uma regulamentação autonomizada.

Com efeito, enquanto a cobertura por acidente de trabalho se mantém na responsabilidade da entidade empregadora, embora constituída na obrigação de a transferir para as empresas seguradoras, outro tanto não acontece com a protecção das doenças profissionais.

Este risco além de gerido, como acima se referiu, por uma instituição de segurança social - o Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais que sucedeu à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais - foi integrado como eventualidade coberta pelo regime geral de segurança social, devendo a respectiva regulamentação, não apenas ter em conta o instituído na Lei de 1997, mas consubstanciar o desenvolvimento jurídico do ponto de vista substantivo e formal, decorrente do disposto na Lei de Bases da Segurança Social.

Neste contexto, este diploma, ao regulamentar a protecção consagrada na Lei 100/97, que introduziu novas prestações e melhorou o cálculo das existentes, adoptou a sistematização própria da legislação da segurança social, adequou as regras substantivas ao funcionamento das instituições e aos princípios inerentes ao seu quadro normativo, para além, naturalmente, de ter presente outros benefícios designadamente já consagrados no âmbito da legislação de segurança social, como a pensão provisória por morte e o montante provisório da pensão.

No tocante à actualização das pensões, dispõe-se que a mesma terá lugar quando tal circunstância se verificar para as demais pensões do regime geral.

Por sua vez, uma eventual adequação da taxa contributiva à incidência das doenças profissionais nas empresas será objecto de ponderação para previsão em sede própria

DESTAQUE - CM

Privatização da Brisa

GOVERNO ACCIONA TERCEIRA FASE

A terceira fase do processo de privatização do capital social da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA já está em marcha.

A carta branca foi dada na passada quinta-feira, dia 1, na reunião do Conselho de Ministros com a aprovação de um decreto-lei relativo a esta matéria.

Assim, o diploma vem aprovar a alienação de acções até uma percentagem não superior a 20 por cento do capital social da Brisa, reservando-se para momento posterior a fixação da quantidade, em concreto, das acções a alienar.

A alienação concretizar-se-á mediante uma oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional, exclusivamente destinada a trabalhadores da Brisa, pequenos subscritores e emigrantes, e uma venda directa a um conjunto de instituições financeiras, nacionais e internacionais.

Na OPV serão reservados lotes de acções para aquisição, exclusivamente, por trabalhadores da empresa, pequenos subscritores e emigrantes para quem será assegurada a aquisição de acções em condições especiais de preço.

Os trabalhadores beneficiarão, igualmente, da possibilidade de pagamento das acções em prestações durante o prazo de indisponibilidade, sendo-lhes garantido um desconto adicional caso optem pelo paga-

mento a pronto.

Aos destinatários da OPV será reservado um lote adicional de acções, em compensação por manutenção em carteira das acções adquiridas no âmbito da oferta - na proporção que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Ministros.

Todavia, estas acções - prémios de fidelidade - só lhes serão entregues um ano depois da realização da sessão especial de bolsa na condição de estes demonstrarem, em termos a regulamentar, a manutenção, voluntária, em carteira da totalidade das acções adquiridas durante o referido prazo de um ano.

Um outro lote de acções será objecto de venda directa a um conjunto de instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, que ficarão obrigadas a dispersar as acções adquiridas junto de investidores institucionais, parte em mercado nacional e parte em mercados internacionais.

Fica, de igual modo, contemplada a possibilidade de, na repartição final das acções, não só transitarem acções da venda directa para a OPV como também no sentido inverso.

O preço final será fixado após a conclusão da oferta pública de venda e o processo de recolha prévia de intenções de compra.

DEPUTADO MANUEL JERÓNIMO

Solidariedade

PELO REFORÇO DOS DIREITOS DE CIDADANIA DOS IDOSOS



«Tudo faremos para afirmar os valores da solidariedade social, da solidariedade intergeracional, da justiça e da equidade.

Numa palavra, tudo faremos pela promoção dos direitos de cidadania dos mais idosos, dos mais jovens e sobretudo dos mais carenciados», afirmou o deputado socialista Manuel Jerónimo na Assembleia da República.

Líder da maior organização de pensionistas e reformados do País, Manuel Jerónimo estreou-se no Parlamento com uma intervenção brilhante sobre a problemática dos idosos, passando em revista algumas das principais medidas de âmbito social implementadas pelo actual Governo.

Os reformados e pensionistas do País têm agora em Manuel Jerónimo uma voz activa e clarividente na Assembleia da República.

Na sua intervenção, em que ficou demonstrado o seu profundo conhecimento da realidade desta camada da população, Manuel Jerónimo salientou que o Ano Internacional das Pessoas Idosas que este ano se celebra «constitui uma oportunidade única para reafirmar a nossa contribuição para a criação, neste fim de milénio, de uma sociedade para todas as idades».

Conforme sublinhou o deputado do PS, uma sociedade para todas as idades implica, entre outros aspectos, «uma sociedade mais justa e humanizada, que reforce a cidadania das pessoas idosas, que respeite os seus mais elementares direitos e, sobretudo, uma sociedade que fortaleça as redes de solidariedade intergeracional indispensáveis à satisfação das necessidades de todos no respeito pela reciprocidade e pela equidade e justiça social».

Lembrando que o PS tem sido desde sempre «um acérrimo defensor dos direitos sociais dos idosos e do reforço da sua participação na construção de uma sociedade mais justa», Manuel Jerónimo frisou que o Governo socialista «tem vindo a prosseguir com grande empenho e persistência uma política social que contribuiu no nosso país para um efectivo reconhecimento e reforço dos direitos sociais, económicos e culturais das pessoas idosas».

Dar mais a quem mais precisa

O «papel determinante» que desde 1995 o Ministério do Trabalho e Solidariedade vem desempenhando «na recuperação da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs reformados e pensionistas» foi realçado por

Manuel Jerónimo.

Na sua intervenção, o deputado do PS passou depois em revista o vasto conjunto de medidas levadas a cabo pelo ministério de Ferro Rodrigues, entre as quais, entre outras, a actualização anual das pensões de reforma acima a taxa de inflação, o aumento selectivo das pensões de reforma que beneficia os pensionistas de menores recursos, permitindo «dar mais a quem de facto mais precisa».

Manuel Jerónimo falou ainda de uma nova geração de políticas inovadoras implementadas pelo Governo, desde o apoio domiciliário aos idosos até ao combate aos lares lucrativos clandestinos sem condições, passando pela instituição do cartão do idoso.

Qualidade de vida

Segundo salientou o deputado socialista, «através de uma política social rigorosa e de uma forte consciência social que sem-

pre nos dominou, foi possível propiciar numa só legislatura, um aumento de 6,7 pontos percentuais da despesa com as funções sociais, melhorando deste modo substancialmente a situação penosa em que se encontravam milhares de reformados e pensionistas do nosso país».

Porque conhece como ninguém as enormes dificuldades de toda a ordem em que vivem os reformados no nosso país, Manuel Jerónimo reconheceu o muito que foi feito pelo Governo do PS, mas lembrou que «é ainda pouco».

Por isso, garantiu, o PS «continuará a pugnar quotidianamente pela melhoria das condições e qualidade de vida dos cidadãos em geral e dos reformados e pensionistas em particular».

No final da sua intervenção, ficava a certeza, para quem ainda tivesse dúvidas, que Manuel Jerónimo é uma voz que faz falta no Parlamento para defender os anseios e aspirações dos idosos do nosso país.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Património cultural

PRESERVAR A IDENTIDADE NACIONAL



O deputado socialista Fernando Pereira Marques afirmou no dia 30 de Março, na Assembleia da República, que, tal como está consignado

na nossa Constituição, «a protecção e valorização do património cultural constituem tarefas a que não se pode furtar um Estado moderno e de que também não se pode alhear a sociedade civil».

Isto para que, acrescentou, «os cidadãos possam usufruir desse património, assegurando, ao mesmo tempo, a sua perenidade em nome das gerações futuras e de uma identidade nacional a preservar».

Fernando Pereira Marques, que se tem destacado desde sempre pela qualidade das suas intervenções, nomeadamente na área cultural e na defesa dos grandes valores e princípios socialistas contra a tentação neoliberal e pós-modernista, falava durante a discussão da proposta de lei governamental que visa estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Depois de fazer um breve historial da legislação sobre a salvaguarda do património

cultural, Fernando Pereira Marques explicou que o diploma do Governo do PS visa, entre outros objectivos, «pôr termo à dispersão legislativa e aos vazios de regulamentação ainda existentes, adequar o Direito interno aos novos critérios e formas de protecção ditados pelo Direito Internacional e pelo Direito Comunitário».

Qualificação e inventariação

O parlamentar socialista referiu ainda que no diploma se introduzem igualmente «novas categorias no que concerne à protecção dos bens culturais, como a de qualificação e a de inventariação, e é criada a designação de "tesouro nacional", para os bens móveis classificados como de interesse nacional».

Segundo afirmou Fernando Pereira Marques, trata-se de um diploma «tão importante quanto complexo, sobre o qual esta Assembleia se deverá debruçar com grande sentido de responsabilidade, de forma a se poderem criar os consensos que o interesse nacional justifica e exige».

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 8

Hoje, pelas 15 horas, realiza-se o debate mensal do primeiro-ministro com a Assembleia da República.

Mais tarde, durante a discussão conjunta, os deputados estudarão uma proposta de lei da ALRA, que prorroga os prazos de pagamento de quaisquer taxas e impostos a efectuar nas tesourarias da fazenda pública das Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, bem como outras duas propostas da iniciativa do Executivo.

O primeiro diploma governamental define um período de justo impedimento relativamente a residentes nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, a serviços da Administração regional e a serviços da Administração directa, indirecta e autónoma, quando localizados nessas ilhas.

A segunda e última proposta em análise será o diploma que autoriza o Governo para dotar os engenheiros técnicos portugueses de uma associação profissional de natureza pública.

Sexta-feira, dia 9

O dia de amanhã será marcado pelas ratificações de cinco decretos-lei.

Em apreciação parlamentar estarão, assim, um diploma que aprova a lei geral tributária que enuncia e define os princípios gerais que regem o direito fiscal português e os poderes da administração pública, um decreto-lei que atribui ao Governo a competência para definir os laços de auto-estradas ou de grandes obras de arte que venham a ser objecto de concessão, e dois documentos que regulam as condições de acesso e de exercício da actividade de empresas privadas na indústria de armamento.

Por último, e depois de uma avaliação exaustiva dos quatro diplomas laranja precedentes, os partidos com assento parlamentar se debruçarão sobre um diploma da iniciativa do PCP que atribui à sociedade Metro do Porto, SA o serviço público do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, em regime de concessão, e aprova as bases que a regulam.

Este decreto-lei comunista atribui igualmente à mesma empresa a responsabilidade pelas operações de construção da sua infra-estrutura, permitindo a aprovação do respectivo contrato de adjudicação.

Quarta-feira, dia 14

Para a próxima semana está agendado o debate em torno de três projectos de lei e uma proposta de lei governamental, no hemiciclo de São Bento.

Assim, O primeiro diploma, da autoria do PCP, prevê a alteração do decreto-lei n.º 15 355. O segundo, de iniciativa socialista, aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte. O terceiro projecto de lei, do CDS/PP, altera a Lei de Protecção dos Animais.

Por fim, os deputados avaliarão a Lei de Bases da Caça proposta pelo Executivo socialista.

DEPUTADO FERNANDO DE SOUSA

Património cultural

CONTRARIAR A VISÃO ESTADOCÊNTRICA

A Lei do Património Cultural em vigor data de 1985. Durante esta década e meia de vigência, o diploma acabou por se revelar progressivamente desajustado. As novas exigências e realidades do património cultural português implicam uma nova lei de bases que ponha termo às inconsistências e lacunas reinantes no sector.



O deputado socialista Fernando de Sousa considerou, no dia 30 de Março, na Assembleia, que a Lei de Bases do Património Cultural proposta pelo Governo e prepara-

rada pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, constitui um «diploma fundamental», «imprescindível», que vem preencher um vazio que se fazia sentir.

«Trata-se de uma lei exaustiva, uma vez que contempla efectivamente tudo o que diz respeito ao património, descentralizadora, inovadora mas respeitadora da tradição portuguesa, adequada às novas exigências e realidades, que responsabiliza o Estado, mas também a igreja, os municípios, as instituições privadas e os cidadãos, e promotora de um regime de bonificações fiscais», disse.

Reconhecendo que a lei proposta pelo Executivo socialista não é «fechada», o parlamentar do PS não excluiu a aceitação de melhorias e achegas, desde que estas não desvirtuassem a sua natureza e o essencial do seu conteúdo.

No âmbito dos conceitos-chave do diploma, Fernando de Sousa frisou a distinção entre o «universo» do Património Cultural e os «Bens Culturais».

«A nova lei passa a estar estruturada em torno do conceito técnico jurídico de "bens culturais", por ser junto dos bens móveis e imóveis que se colocam particulares exigências de protecção, no que diz respeito ao regime geral de protecção», explicou.

Visando a concretização dos princípios constitucionais, o deputado do GP/PS sublinhou, de entre as inovações da Lei de Bases, a responsabilização dos cidadãos

e a definição de princípios gerais.

Outra novidade reside na «matriz contratualizadora do diploma. É que, nele fica estabelecido como princípio bacilar que o Estado deve privilegiar o acesso à fruição cultural dos bens, a descentralização das responsabilidades e a concertação com a igreja, Associação Nacional de Municípios, misericórdias, fundações e privados, na concretização do Regime de Protecção e Valorização do Património.

«Estes princípios pautam-se por uma nova visão que contraria a habitual desactualizada estratégia Estadocêntrica que tem, infelizmente, fomentado reservas e até mesmo suspeições por parte dos detentores do património face à administração central», referiu Fernando de Sousa.

Na opinião do parlamentar socialista, o principal objectivo instrumental do actual projecto visa a constituição de uma bases de dados intercomunicáveis, que integrem «Bilhetes de Identidade» peça-a-peça, registando com clareza os elementos de identificação de cada bem cultural, por forma a que seja perceptível, em dado momento, a composição do património cultural português e se assegure uma reforçada protecção aos proprietários, em caso de roubo.

Ficou, pois, proposta a criação de três níveis de registo, correspondentes a outros tantos níveis de actuação: o registo de Identificação/inventário; o registo patrimonial de Qualificação e o registo patrimonial de Classificação.

«Como corolário da nova Lei de Bases configura-se ainda a proposta altamente inovadora da criação de um Código do Património Cultural, que reuna a totalidade da legislação aplicável ao universo e aos bens culturais, devidamente explicitada e unificada», sublinhou o deputado do PS. Atendendo ao grau de complexidade da proposta de lei governamental, Fernando de Sousa afirmou que «a regulamentação da mesma constitui uma tarefa fundamental, sobre a qual repousa boa parte da eficácia do diploma».

«Esta lei só fará pleno sentido a partir do momento em que ficar estabelecida a sua regulamentação», concluiu.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Declaração de voto

PSD PASSA DE INQUIRIDOR A RÉU

Numa declaração de voto assinada por, entre outros, os deputados Nuno Baltazar Mendes, Joel Hasse Ferreira e Ricardo Castanheira, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) tomou posição sobre o relatório da comissão parlamentar de inquérito respeitante à atribuição da exploração da terceira rede de telefones móveis. Segundo refere o GP/PS, «o PSD, através do seu deputado Marques Guedes, tentou manipular os factos com vista a retirar conclusões que aconchegassem o prof. Marcelo e a sua aliança desajustada».

Para tanto, salienta o GP/PS, «não só ignoraram a própria legislação aplicável, como também se permitiram, pasme-se, retirar conclusões de factos que não conheciam, e que adquiriram, dizem, por tal terem presumido».

«Esqueceram-se que o primeiro sinal de ignorância é presumir que se sabe», refere a declaração de voto.

Para os deputados socialistas, «neste processo o PSD apresentou-se como inquiridor e acabou como réu de uma irresponsabilidade da qual o PCP é cúmplice».

J. C. C. B.



EUROPA

UM PROJECTO DE TODOS OS PORTUGUESES

José Leitão
 Jaime Gama
 António Vitorino
 Biagio De Giovanni
 Richard Corbett
 José Barros Moura
 José Medeiros Ferreira
 Francisco Seixas da Costa
 Álvaro de Vasconcelos
 Teresa de Sousa
 Jorge Coelho
 Renato Benteiro
 Acácio Barames
 Paulo Pedrosa
 Pedro Adão e Silva
 Mark Kirkby
 Miranda Calha
 Pedro Baptista
 Helena Torres Marques

<http://www.partidocialista.pt/partido/imprensa/as>

UNIÃO EUROPEIA
 TRATADO DE AMSTERDÃO

FINANÇAS

Balança de transacções correntes

CONTAS EXTERNAS DA UE MELHORARAM 56 POR CENTO EM 97

O excedente da balança de transacções correntes da União Europeia atingiu 63,2 mil milhões de euros (12,6 mil milhões de contos) em 1997, mais 56 por cento do que no ano anterior, anunciou o Eurostat.

Em 1996 o «superavit» foi de 40,5 mil milhões de euros (8,1 mil milhões de contos), tendo o aumento de 1997 resultado, segundo o departamento estatístico da União Europeia, do crescimento nas exportações de bens (47 por cento) e serviços (25 por cento) e rendimentos recebidos (14 por cento).

As mercadorias representaram 60 por cento das transacções correntes com o exterior, seguindo-se os serviços, com 19 por cento, rendimentos, com 18 por cento, e transferências correntes, com 3 por cento. A balança de serviços registou um «superavit» de 16,2 mil milhões de euros (3,247 mil milhões de contos), graças ao crescimento do excedente do turismo e apesar do saldo negativo do sector dos transportes.

Em termos individuais, a balança de transacções correntes (BTC) da UE foi

superavitária com os EUA (18,5 mil milhões de euros ou 3,7 mil milhões de contos) e deficitária com o Japão (16,4 mil milhões de euros ou 3,3 mil milhões de contos).

Zona Euro

Considerando apenas a Zona Euro, o excedente da balança de transacções correntes global atingiu os 77,7 mil milhões de euros (15,6 mil milhões de contos) em 1997, mais 47 por cento que no ano anterior, devido ao crescimento do saldo da balança de mercadorias.

Os serviços e as transferências unilaterais, pelo contrário, registaram défices de 1,5 mil milhões de euros (300,7 milhões de contos) e de 17,2 mil milhões de euros (3,448 mil milhões de contos), respectivamente.

Em termos individuais, os 11 seguiram a tendência dos 15 registando um «superavit» da BTC com os EUA de 13,5 mil milhões de euros (2,7 mil milhões de contos) e um défice de 16,6 mil milhões de euros (3,328 mil milhões de contos) com o Japão.



MÚSICA

BBC escolhe

«YESTERDAY» DOS BEATLES É A CANÇÃO DO SÉCULO

A canção dos Beatles, «Yesterday», foi votada pela BBC como a «canção do século XX».

A votação teve como base a preferência dos ouvintes, um painel de compositores e registos de vendas e de passagens na rádio.

Em segundo lugar ficou «Star Dust», de Hoagy Carmichael, em terceiro «Bridge Over Troubled Water», de Simon and Garfunkel, e em quarto «White Christmas», da autoria de Irving Berlin.

A BBC anunciou no dia 5 a lista completa das 100 melhores canções do século.

Paul McCartney foi o compositor solitário de «Yesterday» e o único beatle presente na gravação da canção há 34 anos.

Entretanto, no próximo dia 10 de Abril, realiza-se no já mítico Royal Albert Hall, em Londres, um concerto de solidariedade em homenagem a Linda McCartney, mulher do músico falecida há cerca de um ano, com a participação, entre outros, de Elvis Costello, Pretenders, George Michael, Heather Small (dos M People) e Sinead O'Connor.

O dia 10 de Abril marca também, há 29 anos, o fim dos Beatles.

ECONOMIA

Peritos alertam

PERIGO DE DEFLAÇÃO NA EUROPA



O baixo nível que actualmente regista a inflação na Europa pode desembocar numa deflação e, com isso, numa grave crise económica, segundo um relatório elaborado por peritos da Câmara de Trabalhadores da Áustria e divulgado no dia 21 de Março.

No relatório, intitulado «Riscos da deflação e caminhos para a evitar», os peritos afirmam que não há mais inflação na Europa e que agora a ameaça à conjuntura do Velho Continente é «uma espiral deflacionária».

«Não defendo uma política inflacionária, mas dadas as actuais baixas taxas considero perigosa a paranóia e o medo à inflação que se manifesta em alguns países da Zona Euro», comentou o presidente da Câmara de Trabalhadores da Áustria,

Herbert Tumpel, ao jornal austríaco «Die Presse».

No «Der Standard», Herbert Tumpel lamenta-se de que, apesar de «a inflação (na Europa) praticamente não existir desde há dois anos, na Alemanha ainda há economistas, sobretudo no Bundesbank (Banco Central), que advertem para esse perigo e dramatizam a perda registada pelo euro face ao dólar» desde o início do ano.

Para se evitar uma repetição na Europa da crise japonesa, os peritos aconselham que se fortaleça a procura interna através de «uma política salarial de aumentos que provoquem um maior consumo».

Ao mesmo tempo, o Banco Central Europeu (BCE) deveria fazer uso do «potencial que ainda tem» para baixar as taxas de juros, indicam.

LONDRES

Extradição

KISSINGER E PINOCHET: TÃO AMIGOS QUE ELES SÃO

Há amizades que perduram. Depois de Thatcher é agora a vez de Kissinger manifestar o seu apoio a um velho amigo, o ex-ditador Pinochet. Esta amizade remonta a, pelo menos, 1973, quando chegou em Santiago. Recorde-se que, com o apoio do Tio Sam, um general de óculos escuros e olhar sinistro, de seu nome Pinochet, liderou o golpe de Estado violento que derrubou o presidente eleito Salvador Allende. Chefe da diplomacia norte-americana na altura: Henry Kissinger. O Chile mergulhava então numa ditadura sangrenta. Foi o tempo da impunidade e do terror mais absoluto. Muitas dezenas de milhar de chilenos foram então presos e torturados.

Agora, em entrevista a um jornal britânico, o antigo secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, pediu o fim do processo de extradição lançado contra o ex-ditador, autor de crimes contra a humanidade, Augusto Pinochet.

«Ficaria muito feliz se fosse permitido o regresso ao Chile do general Augusto

Pinochet», afirma impávido e sereno Kissinger ao «Sunday Telegraph».

«Este episódio já durou muito tempo e o general tem toda a minha simpatia», acrescentou.

Augusto Pinochet foi detido em 16 de Outubro de 1998 a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón que o quer julgar por vários crimes cometidos durante a ditadura, entre 1973 e 1990, período em que milhares de pessoas foram assassinadas ou desapareceram no Chile.

Após meses de batalhas jurídicas e de manifestações contra e, pasme-se, a favor do general, os lordes britânicos rejeitaram a semana passada um recurso do antigo ditador chileno contra a sua extradição.

Kissinger, secretário de Estado entre 1973 e 1976 durante a presidência de Richard Nixon e posteriormente na de Gerald Ford, encontrava-se em funções quando Augusto Pinochet liderou o violento golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende.

J. C. C. B.

REGIÕES DE TURISMO

Pina Moura garante

NOVA LEI DISCUTIDA ANTES DE 8 DE MAIO

O ministro da Economia, Pina Moura, garantiu no dia 27, em Coimbra, que a nova Lei-Quadro e Lei de Financiamento para as Regiões de Turismo começam a ser discutidas com os organismos interessados antes de 8 de Maio.

«A Secretaria de Estado do Turismo já está a preparar a nova Lei-Quadro e a proposta da nova Lei de Financiamento, coordenada por Vital Moreira, e esperamos, ainda antes do Fórum de 8 de Maio, começar a discussão com as Regiões de Turismo», disse. Pina Moura falava na sessão de abertura do III Congresso Nacional das Regiões de Turismo, que decorreu na cidade do Mondego.

O ministro da Economia, que realçou a necessidade da reformulação legislativa - «ainda mais urgente depois de o eleitorado ter rejeitado a criação de regiões admi-

nistrativas» - respondia assim a uma preocupação apresentada pelo presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo (ANRET), António Carneiro.

«Não é uma reformulação legislativa que seja possível fazer até Outubro, mas é um compromisso que queremos assumir», explicou.

Acrescentou querer «deixar trabalho preparado» para quem ocupar o cargo depois do acto eleitoral.

No que respeita às alterações verificadas com a nova Lei Orgânica, outra das questões levantadas pela ANRET, o governante admitiu ter havido «alguma falha no contacto com as Regiões de Turismo».

Contudo, adiantou que «as próprias Direcções Regionais da Economia, que brevemente serão empossadas ao abrigo da nova Lei Orgânica, irão criar um quadro claro de compromissos que eliminarão essas preocupações».

Durante a sessão de abertura do congresso, que decorreu sob o lema «Turismo, cultura e ambiente - por um desenvolvimento sustentado», Pina Moura falou na importância do Fórum a realizar em Maio, que constitui «mais um passo de consolidação de uma parceria estratégica que terá, cada vez mais, um significado prático».

«Estratégia quer dizer uma visão de longo prazo, assente e construída nos passos que hoje e amanhã, no próximo mês e no próximo ano, vamos dar», realçou.

O ministro da Economia referiu ainda a alteração verificada no que respeita ao III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), dizendo que anteriormente se falava «de uma realidade virtual, porque a Agenda 2000 era um "dossier" difícil, em cujo epílogo pairavam enormes incertezas, grandes dificuldades e ameaças».

«Agora, deixamos de falar de um quadro

virtual para um real, que temos de preparar aceleradamente nos próximos meses», acrescentou.

Comparando a quota de Portugal, que passou de 10,6 por cento no II QCA para 10,8 por cento no III QCA, Pina Moura salientou que o País «não só aumentou o volume global dos recursos, como o peso relativo no conjunto de envelopes financeiros» que lhe cabem.

No seu entendimento, «este quadro não teria sido tão realizável se a Expo'98 não fosse tão positiva no que respeita à imagem de Portugal e o peso da política nacional nos últimos anos não tivesse sido afirmado».

No Congresso das Regiões de Turismo foram debatidos os temas «Cultura, a excelência de um Produto», «Ambiente, construir uma oferta sustentada» e «O turismo, o ambiente e a cultura vistos pelos partidos políticos».

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Concentração de rádios

ARONS DE CARVALHO EXIGE CUMPRIMENTO DA LEI

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, anunciou no dia 27 de Março que vai pedir à Alta Autoridade para a Comunicação Social a verificação da existência de empresas proprietárias de mais de cinco emissoras de rádio.

Arons de Carvalho, que participou em Fátima no X Encontro Nacional da ARIC, respondeu assim às preocupações de responsáveis de rádios locais quanto à concentração de emissoras em alguns grupos, defendendo o cumprimento da lei - que não permite a uma empresa ser titular de mais que cinco rádios -, não apenas nesta matéria, mas também no que respeita à emissão em cadeia.

«Cerca de uma dezena de estações que não estavam a emitir programação própria foram já sancionadas», revelou o secretário de Estado.

Arons de Carvalho acrescentou que «as rádios locais que são meros retransmissores de programação alheia não merecem apoio», enquanto as que «estão ao serviço das comunidades locais, o merecem todo».

Arons de Carvalho continua assim empenhado em separar o trigo do joio, pondo ordem no caos herdado do consulado cavaquista caracterizado pelo «laissez faire laissez passer».

Quanto ao período de renovação dos alvarás de funcionamento das rádios locais, defendeu que «as que não tenham programação própria não merecem que lhes seja renovada a licença», embora tenha salvaguardado que «não cabe ao Governo a renovação dos alvarás, mas

sim à Alta Autoridade».

«Espero que a Alta Autoridade para a Comunicação Social seja moralizadora neste aspecto, afirmou o governante.

Para Arons de Carvalho, «as rádios locais não são apenas empresas comerciais que se destinam a ter lucros, mas antes têm um papel de utilidade ao serviço das populações», pelo que o Governo tem desenvolvido nos últimos três anos um conjunto de programas de apoio àqueles estações emissoras.

A abertura às rádios locais dos incentivos para a reconversão tecnológica e os descontos nas telecomunicações foram dois dos aspectos sublinhados por Arons de Carvalho.

O governante aproveitou a ocasião para anunciar uma descida no preço do serviço da Agência Lusa a partir de Maio para as rádios dos 200 concelhos menos desenvolvidos do país.

O serviço passará a estar disponível por 12.500 escudos por mês, com as estações de rádio a terem acesso, também, ao noticiário produzido pelos jornalistas e correspondentes locais da Agência, sublinhou o secretário de Estado.

No âmbito desta iniciativa, «vamos fazer uma nova campanha de distribuição de "modems"», disse Arons de Carvalho.

O Encontro Nacional da ARIC serviu ainda para abordar o papel das rádios locais em situações de catástrofe, com Manuel Lage, do Serviço Nacional de Protecção Civil, a destacar a importância das estações emissoras no apoio às populações em casos de sinistros graves.

COMUNIDADES

Lello sensibiliza editoras musicais

PATROCÍNIOS PARA RÁDIOS LUSAS

O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, reuniu-se, no passado dia 30, em Lisboa, com algumas empresas discográficas com vista à sensibilização das editoras de música para apoio às rádios portuguesas existentes no estrangeiro. Lello explicou à Imprensa que esta reunião surgiu na sequência de várias queixas apresentadas na Secretaria de Estado pelas rádios das comunidades lusitanas, nomeadamente as emissoras profissionais.

As editoras deveriam enviar as últimas novidades discográficas para as rádios na diáspora porque esses programas radiofónicos constituem um meio de divulgação e promoção da música portuguesa, frisou.

Neste sentido, o secretário de Estado reuniu-se com o maior número possível de editoras para satisfazer uma necessidade que se tem vindo a sentir nas rádios, dada a dificuldade que existe nos países de acolhimento em adquirir música portuguesa. Aliada a esta dificuldade surgem ainda os problemas financeiros com que a maioria das emissoras se debatem, levando a que os seus directores e responsáveis compre os discos com o seu próprio dinheiro.

José Lello manifestou-se, desde o começo dos contactos, confiante na «boa receptividade por parte de todas as editoras», uma vez que o mercado «é muito bom».

Apesar dos vários contactos que os responsáveis das rádios na diáspora têm efectuado junto das editoras de música, a falta de apoios e de resposta por parte das promotoras são as queixas mais frequentes manifestadas por esses profissionais.

Nuno Pereira dos Santos, locutor e responsável pelo programa «Porque hoje é sábado» de Bruxelas, lamentou a falta de apoios das editoras portuguesas, tendo de ser ele próprio a comprar os discos que passam no seu programa.

O responsável pelo programa «Porque hoje é sábado» referiu que recebe frequentemente telefonemas de ouvintes a perguntar onde podem adquirir determinados discos.

Nuno Pereira dos Santos acrescentou ainda que os emigrantes quando vêm a Portugal compram música lusá porque a ouviram nos programas de rádio em língua portuguesa.

Esta falta de colaboração é igualmente apontada por Francisco Nunes, director da rádio Asas do Atlântico de Toronto, que realçou «o difícil acesso» que tem às últimas novidades discográficas.

Francisco Nunes considerou ainda que as promotoras portuguesas deveriam enviar para as rádios na diáspora os trabalhos mais recentes da música portuguesa.

Também a rádio HLBS, na Califórnia, tem como maior dificuldade «o difícil acesso à música portuguesa», uma vez que só algumas discotecas fornecem os discos à rádio e não têm grande variedade, explicou José Encarnação, director desta estação.

Na Holanda o problema é idêntico e o apetrechador do programa «Portugal na Holanda Rádio VLOH», Francisco Veiga, realçou que tem de aproveitar as suas vindas a Portugal para comprar cd's com o seu próprio dinheiro, não recebendo qualquer apoio.

PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO SÃO PRIORIDADES

O reforço das intervenções associadas à preservação e defesa dos valores ambientais e a requalificação dos espaços sujeitos a degradação são as prioridades do Programa Litoral/99, apresentado no passado dia 5, em Lisboa.

Representando um investimento de mais de 6,6 milhões de contos, o programa dá continuidade ao trabalho efectuado no ano passado nas praias portuguesas, incidindo este ano a sua área de acção no ordenamento, valorização e requalificação ambiental da costa, bem como na defesa costeira e nas zonas consideradas de risco.

No plano de ordenamento e valorização, que representa por si só mais de um terço do investimento total (mais de 2,4 milhões de contos), estão previstas acções como a reorganização de acessibilidades e estacionamento na envolvente das praias, zonas dunares e arribas, a demolição e remoção de estruturas ilegais ou abandonadas localizadas em áreas de Domínio Público Marinho e a intervenção em sistemas lagunares ou nas frentes marítimas urbanas.

Nestas, que decorrem em parceria com as autarquias locais, pretende-se a requalificação ambiental de áreas caracterizadas por uma grande procura e utilização, de que resultaram disfunções de ordem ambiental, e a salvaguarda dos valores ambientais existentes.

Nas novas obras previstas para este ano, incluiu-se a segunda fase do desassoreamento da Ria Formosa, no



Algarve, que possui um ecossistema complexo de valor ecológico e paisagístico, dragagens em diversos locais - como na Lagoa de Óbidos -, e a recuperação ambiental das lagoas de Santo André e de Melides, na costa alentejana.

No âmbito da defesa costeira, estão previstas intervenções nas arribas, com prioridade para as zonas de risco para as pessoas e bens públicos, tendo em conta o recuo da costa e a erosão das arribas.

Esta vertente é já tida em conta nos Planos

de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), inserida numa estratégia que inclua a elaboração de uma Carta de Risco, actualmente em fase de conclusão, e que identifica os territórios litorais ameaçados pelo mar.

De Norte a Sul da costa, está previsto o restauro e consolidação de arribas e a reparação de esporões, obras que representam um investimento de mais de 2,1 milhões de contos.

A construção de infra-estruturas de apoio

a actividades produtivas e outra das acções prevista no Programa Litoral/99, tendo em vista «a localização de actividades económicas geradoras de riqueza num quadro de aproveitamento sustentável dos recursos naturais».

Limpeza dos areais

Infra-estruturas de apoio à pesca tradicional, construção de rampas e de armazéns são algumas das obras previstas, intervenções que se poderão prolongar pelos próximos anos.

Os areais constituem igualmente uma preocupação na defesa da orla costeira portuguesa, com o assoreamento artificial de diversas praias (como as do Tamariz e das Moitas, em Cascais) e acções de defesa de reabilitação de sistemas dunares, que constituem um factor essencial contra o avanço do mar.

Ainda no âmbito da valorização das praias, continuará a limpeza dos areais, à semelhança do que aconteceu em 1998 no litoral da Costa Verde e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, alargando-se este ano às praias do Parque Natural de Sintra/Cascais e a zona Oeste.

A implementação de planos de praia, de incentivos à instalação de equipamentos e de execução de um programa de prevenção da poluição marítima, que inclui a vigilância por avião das rotas dos petroleiros e dos navios transportadores de substâncias perigosas, são outras das medidas previstas do Programa Litoral/99.

NOVA LEI REDUZ PRAZOS

A nova Lei de Recenseamento Eleitoral estipula que os portugueses maiores de 18 anos, ou que os completem até ao dia das próximas eleições (13 de Junho), podem já recensear-se ou actualizar a sua inscrição.

A entrada em vigor do diploma culmina um processo de limpeza dos cadernos eleitorais que antecedeu a realização dos referendos do ano passado (aborto e regionalização) e que permitiu eliminar cerca de 500 mil registos indevidos (mortos e duplas inscrições).

No âmbito deste processo foi também concluída recentemente a informatização de 4 241 freguesias do País, um processo que custou 1,5 milhões de contos e que permitirá mais tarde, ao abrigo de um protocolo entre os ministérios da Administração Interna e Ciência e Tecnologia, a constituição de uma rede informática que ligue em rede aquelas autarquias, com acesso à



Internet.

Assim, com a entrada em vigor do novo diploma, extingue-se o habitual período de recenseamento de Maio, e os portugueses passam a poder recensear-se a qualquer momento, desde que o façam até 60 dias antes do acto eleitoral subsequente.

É que a partir daí, com o objectivo de preparar o processo para a votação, suspende-se o recenseamento eleitoral para, 15

dias antes das eleições, serem definitivamente fixados os cadernos eleitorais, explicou o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão.

O recenseamento em curso fica, pois, suspenso a 13 de Abril, embora os jovens que façam 18 anos até ao dia das próximas eleições disponham de mais cinco dias para se recensearem, até 19 de Abril. O período de inalterabilidade dos cadernos eleitorais, que começa 15 dias antes das próximas eleições, inicia-se a 30 de Maio. Os cadernos eleitorais das próximas eleições passam, assim, a ter por suporte a Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (BDRE) sediada no STAPE, com mais de nove milhões de registos, e em permanente actualização, e serão expostos anualmente em Março.

A actualização da base de dados é garantida, como até aqui, pelas Comissões Recenseadoras, mas agora com a fiabilidade acrescida de a informação nela contida ser

permanentemente actualizada e cruzada com os registos do Ministério da Justiça e do Arquivo de Identificação.

Aos cidadãos, por exemplo, passa a ser pedido que apresentem o cartão de eleitor quando revalidam o seu bilhete de identidade. Em caso de não apresentação do cartão, essa informação é transmitida às entidades gestoras da base de dados para posterior actualização.

A base de dados, que permite a aproximação do universo eleitoral ao real, está protegida pelo sigilo, mas qualquer cidadão pode aceder ao seu registo.

O secretário de Estado da Administração Interna explicou ainda que, no âmbito do processo de informatização das juntas de freguesia, «mais de metade» manifestou interesse em dispor de acesso à Internet a preços abaixo da tabela habitualmente praticada, o que está já a ser negociado entre o ministério e uma fornecedora de acesso à rede.



Albufeira

Sistema de esgotos

A Câmara Municipal de Albufeira vai adjudicar a empreitada de execução do sistema de interceptação de águas residuais de Ferreiras, no valor de aproximadamente 135 mil contos.



A obra, financiada pelo Fundo de Coesão, integra-se no âmbito do Sistema de Drenagem e Tratamento de Esgotos do Barlavento Algarvio.

Cascais

Apoios às associações de bombeiros

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar às cinco associações de bombeiros existentes no concelho um conjunto de apoios no valor de 64 mil contos, destinados ao normal funcionamento dos seus corpos de bombeiros.

Estes apoios vão beneficiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril e a Associação de Beneficência e Socorros Amadeu Duarte, na Pareda, que integram mais de 530 efectivos e 116 viaturas.

Museu Municipal do Bombeiro

Entretanto, a autarquia de Cascais está a estudar a criação de um Museu Municipal do Bombeiro, um lugar simbólico e lúdico no qual a população, designadamente a que se encontra em idade escolar, possa identificar-se com a história, com a memória e com a função social e humanitária dos bombeiros.

Coimbra

Exposição sobre o 25 de Abril

O presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, vai estar presente no dia 8, pelas 18 e 30, na Sala da Cidade, na cerimónia de inauguração da exposição comemorativa dos 25 anos do 25 de Abril, intitulada «25 por 25 – em Abril um quartel depois».

Faro

Os 750 anos da conquista da cidade

Uma palestra de Fernando de Campos subordinada o tema «Um romancista fala da história de Faro», no dia 9, às 22 horas, no Clube Farense, encerra o ciclo de iniciativas culturais promovidas pela Câmara para assinalar os 750 anos sobre a conquista de Faro pelo rei D. Afonso III, em 28 de Março de 1349.

Ferreira do Alentejo

Pinturas

Está patente ao público, de 1 a 23 de Abril, no Espaço Museológico Municipal, uma exposição de pintura de Kathrin Schadlich. Trata-se de mais uma iniciativa cultural promovida pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Lisboa

Casamentos de Santo António

Foi no romântico jardim do Palácio Beau Séjour que a Câmara Municipal de Lisboa reuniu no passado dia 29 de Março os 17 casais seleccionados para o evento «Casamentos de Santo António».



«Aproveitamos a iniciativa para dar a conhecer os belíssimos espaços de que a nossa cidade dispõe», disse Maria do Rosário, responsável pelo evento.

A Câmara de Lisboa oferece toda a documentação necessária e os meios de Comunicação Social que patrocinam a iniciativa cobrem as despesas com as festas de «despedida de solteiro», vestido de noiva e alianças, copo-d'água, lua-de-mel e enxoval.

Os casamentos realizam-se na Igreja de Santo António (religiosos) ou no Museu da Cidade (civis), o copo-de-água na Estufa Fria.

Foi através da lista publicada num jornal que Cláudia e Hélder ficaram a saber que tinham sido seleccionados para os «Casamentos de Santo António», a realizar a 13 de Junho, em Lisboa.

No dia 29 de Março, Cláudia e Hélder encontraram-se com os outros casais no Palácio Beau Séjour para se conhecerem e para se darem a conhecer.

É que participar nos «Casamentos de San-

to António» é sinónimo de entrevistas, filmagens e publicação em órgãos de comunicação da cerimónia e da sua vida familiar e profissional, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores.

A Cláudia e o Hélder, ambos de 21 anos, conheceram-se há seis anos e agora decidiram aproveitar a iniciativa da câmara. «É muito mais giro. É uma tradição já antiga e acaba por ser diferente», disse Cláudia.

«Casar pelo civil não é casar, é assinar um papel, está fora de questão. É, simplesmente, assumir perante a sociedade o passo», acrescentou o noivo.

Mas nem todos pensam assim. Maria José e Victor Botas vão casar pelo civil. E foi o facto de Victor ter participado no ano passado como padrinho que os levou a aderir ao evento.

Este ano, Victor é noivo e achou engraçado serem o casal 17.

«No ano passado fui padrinho do casal número 17, tal como eu sou agora».

Em relação ao facto da celebração ser feita em grupo,

Heliodoro ironiza: «Assim, estamos todos juntos e não sofre só um, sofreremos todos». O único problema parece ser o limite de 30 convidados por casal.

«Vão ficar muitos amigos de fora, mas eu penso que compreendem, por isso é que são amigos», acrescentou.

Veneza e Paris são alguns dos locais onde os protagonistas desta iniciativa gostariam de passar a lua-de-mel.

«Eu gostava de ir para Veneza», disse Ana Cristina, noiva de Heliodoro.

Para o noivo, «desde que seja Itália qualquer sítio serve».

Mas a decisão final cabe aos patrocinadores da iniciativa.

No ano passado, os noivos receberam uma viagem até Benidorm (Sul de Espanha), mas pode ser que algumas tradições tenham mudado.

Ovar

Semana da Juventude

Decorreu de 20 a 28 de Março a Semana da Juventude, uma iniciativa da Câmara Municipal de Ovar, com a colaboração das juntas de freguesia e de algumas associações concelhias.

Espectáculos de música e teatro, bem como diversas provas de desportos radicais fizeram parte do programa deste evento.

Penha de França

Órgão de informação

Saiu mais um número do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França.



Dirigido por João Jofre da Fonseca Costa, a edição de Março, de excelente aspecto gráfico e em papel couché, tem uma completa informação sobre as numerosas iniciativas levadas a cabo pela Junta de Freguesia.

Open Internacional de Futebol de Mesa

Numa organização da Junta de Freguesia da Penha de França, realiza-se nos dias 10 e 11 de Abril o Open Internacional Lisboa de Futebol de Mesa, que decorrerá no Salão Paroquial da Igreja da Penha de França.

Portimão

Conferência

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Portimão, realiza-se amanhã, dia 9, pelas 21 e 30, uma conferência subordinada ao tema «A revolução e a questão económica».



A conferência, que decorrerá na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, terá como orador José Maria Brandão de Brito.

Vila do Conde

Mais habitação social

A Câmara Municipal de Vila do Conde prossegue com o seu plano de habitação social humanizado.



Assim foi adjudicada recentemente a construção de fogos sociais nas freguesias de Bagunte, Junqueira, Tougues, Vila Chã e Vilar, destinados às famílias que se candidataram há anos atrás e cujo processo foi aprovado pelas entidades responsáveis.

Mais concursos noutras freguesias estão já feitos, decorrendo na cidade a edificação de 340 habitações.

PS EM MOVIMENTO

CAMPO DE OURIQUE

Tomada de posse

Os novos órgãos dirigentes (Secretariado e Mesa da Assembleia Geral) da Secção de Campo de Ourique vão tomar posse hoje, às 21 e 30, no Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique.

A posse será dada pelo camarada Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa. Antes da cerimónia de tomada de posse, pelas 20 e 30, será servido a todos os camaradas presentes um Porto de Honra.

LOULÉ

Ciclo de debates

O Secretariado da Secção do PS/Loulé tem programadas diversas acções de carácter cultural, informativo e recreativo.

Assim, no dia 13 terá início um ciclo de debates com a sociedade. O primeiro tema a ser abordado será «O património cultural, defesa e valorização», que decorrerá no Centro Comunitário de Almancil.

MADEIRA

Plenários de militantes

Nunca houve um Governo da República que olhasse com tanta atenção para as questões das Regiões Autónomas como o actual Executivo liderado por António Guterres, afirmou no dia 20, no Funchal, o camarada José Sócrates, membro do Secretariado Nacional do PS.

O responsável socialista deslocou-se à Madeira para participar num dos encontros promovidos pelo PS a nível nacional, no âmbito da iniciativa designada «Plenários de militantes» programados para decorrerem em todas as federações distritais.

No início da reunião, o camarada José Sócrates considerou que o programa político desenvolvido nos últimos três anos e meio pelo Governo da República socialista em relação às Regiões Autónomas «não tem paralelo histórico», sobretudo comparando com o que foi feito pela governação do PSD com Cavaco Silva, nos dez anos anteriores.

Mencionou que, com o actual Executivo da República do PS, foram resolvidos alguns dos pontos conflituosos da agenda política regional da Madeira, designadamente o assumir de 70 por cento, por parte do governo central, dos cerca de 110 milhões da dívida regional, a consagração da Lei de Finanças Regionais, e a redução de 14 por cento nos preços da energia.

Acrescentou também que, em matéria de actuação social, a política do Rendimento Mínimo Garantido, criticada pelo Governo Regional da Madeira, liderado pelo inenarrável Jardim, beneficia actualmente 21 mil madeirenses, o que representa 8,3 por cento da população.

Confiança e segurança

Estes factos «não podem ser escondidos por nenhum discurso político» e são motivo para que o PS, tanto a nível nacional como regional, encare os próximos actos eleitorais com «confiança e segurança», disse o camarada José Sócrates.

Sublinhou que as últimas sondagens, favoráveis ao PS, confirmam a situação actual do partido, cujo Governo demonstrou ser capaz de «transformar Portugal numa melhor democracia, melhor sociedade e numa economia mais segura, estável, respeitada e competitiva».

Tiques autoritários de Jardim

Acusou ainda o Governo Regional madeirense de revelar «tiques de autoritarismo e sentimentos antidemocráticos».

Por seu turno, o camarada Mota Torres, presidente do PS/Madeira reeleito no IX Congresso Regional do partido que decorreu no fim de Fevereiro, destacou que este entrou, após um período de «alguma incompreensão, intemperança e animosidade» numa nova fase da sua existência, um momento de «afirmação e viragem».

Salientou ser necessário «encontrar a formula certa» para demonstrar ao eleitorado a importância de revitalizar a democracia e dizer que a «Madeira precisa de uma nova alternância democrática».

Realçou que os madeirenses não têm qualquer referência para comparar as governações, uma vez que o PSD «intolerante, autocrático e totalitário» é poder há 23 anos, cabendo ao PS a responsabilidade de mudar a situação.

O camarada Mota Torres enunciou também as principais decisões do Governo de António Guterres que beneficiaram a Região, sustentando que constituem uma oportunidade para provar que são «capazes de fazer mais e melhor».

Destacou que o PS está disposto a ouvir o que fez de mal, mas que o eleitorado deve também «reconhecer, em nome da verdade, que fizemos muito e mais do que fez o PSD».

Reunião da Comissão Política

A Comissão Política Regional do PS/Madeira esteve reunida no dia 6, na sede do Partido. O tema central da reunião foi as eleições para o Parlamento Europeu.

OURÉM

Rally Paper da JS

Inserido no plano de actividades do Secretariado do Núcleo de Ourém, a JS irá organizar o II Rally Paper, no sábado, dia 10, pelas 14 e 30, na sede do PS.

À noite, pelas 22 horas, será a altura para a entrega de prémios no acolhedor Gibson Bar. A animação estará a cargo do grupo Heróis do Bar.

O vencedor desta iniciativa será contemplado com um telemóvel.

Em perspectiva, a exemplo do que aconteceu com o I Rally Paper, uma tarde e noite bem divertidas, num clima de grande confraternização.

PORTO

Narciso critica PSD

O presidente do PS/Porto, Narciso Miranda, criticou no dia 29 de Março a «instabilidade permanente» em que vive o PSD, que acusou de «bloquear as reformas necessárias ao desenvolvimento do País».

«Está inequivocamente comprovado que o PS é o maior factor de estabilidade em Portugal», frisou o líder dos socialistas portugueses.

Segundo sublinhou, o PSD funciona na base de «equivocos».

Por isso, prosseguiu, «tudo o que o Governo conseguiu foi à custa do seu mérito e ano do demérito da oposição».

Agenda 2000

O presidente do PS/Porto falava aos jornalistas no final de uma reunião do Secretariado distrital onde foi também analisado o «grande sucesso» das negociações da Agenda 2000.

«Ninguém previa que fossem possíveis os resultados alcançados, o que demonstra que Portugal tem hoje um dos políticos com maior capacidade negocial na União Europeia», frisou.

Para o camarada Narciso Miranda, este sucesso permitirá criar condições para uma «inversão das prioridades do investimento».

Recordou, a propósito, que «o Porto, a Área Metropolitana e o Norte» necessitam de mais investimentos.

As acessibilidades, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, o Porto de Leixões, a requalificação urbana e o combate ao desemprego foram algumas das áreas referidas pelo líder do PS/Porto.

O camarada Narciso Miranda comentou também a lista socialista candidata as eleições europeias, liderada por Mário Soares, que integra dois socialistas portugueses (Carlos Lage e Manuel dos Santos) em lugares elegíveis e mereceu críticas do PS/Madeira por não ter qualquer dos seus membros com possibilidade de ser eleito para o Parlamento Europeu.

«A lista socialista foi aprovada, por voto secreto na Comissão Nacional, apenas com quatro votos contra», frisou o camarada Narciso Miranda, que se escusou a prestar qualquer declaração sobre a posição dos socialistas madeirenses.

Europeias

Primeiros cartazes já estão colados

«Confiança» é a palavra forte dos primeiros cartazes do PS para as eleições europeias e que começaram a ser colados na noite da passada terça-feira.

Nesta primeira série, os cartazes são protagonizados por três rostos anónimos, a exemplo do que já acontecera nas campanhas do PS nas últimas eleições legislativas e autárquicas.

O PS já colocou 350 «outdoors» de grandes dimensões, que são complementados por outros de menor envergadura.



HISTÓRIA

José Medeiros Ferreira

O SALAZAR DOS VENCIDOS



Terminou a série televisiva sobre Salazar na SIC. O essencial sobre ela já foi dito por Mário Mesquita, Fernando Rosas e Prado Coelho no *Público* e por José Pacheco Pereira no *Diário de Notícias*. Volto hoje ao tema por dever cívico e impulso pessoal. Todos notaram que a maior parte das entrevistas data de há alguns anos. Alguns dos entrevistados já morreram, outros saem feridos na série pelo facto de as suas declarações se terem escapado do sentido crítico que as subentendia.

Presumo que o historiador Fernando Rosas se deu conta da diferença entre um discurso escrito para universitários e a montagem televisiva das mesmas frases numa produção que procura seduzir o espectador. Também alguns opositores à ditadura passarão certamente a ter mais atenção às análises soltas que prodigalizam sem curar dos contextos de figuração futura.

Nestes anos de democracia muitos homens de esquerda já reconheceram qualidades efectivas, ou imaginadas, em algumas personalidades que se comprometeram com a ditadura derrubada a 25 de Abril. Debalde se procurará a mesma generosidade opinativa de gente da direita em relação aos opositores da esquerda ao salazarismo. Cada um é como é, mas há quem se tenha dado conta dessa liberalidade e se saiba aproveitar dela. Todos conhecem o aforismo epistemológico segundo o qual a história é feita pelos vencedores. Ora, pelo menos no caso portu-

ês, tenho as maiores dúvidas que assim seja. Lembro-me até de aqui há uns cinco ou seis anos a RTP me ter contactado para a elaboração de um programa sobre o fim de Salazar numa série europeia sobre ditadores, desde Estaline a Pétain. Era, como já se despreendeu, uma co-produção que envolvia outras televisões estrangeiras. Chegou a haver reuniões com jornalistas franceses, que não queriam acreditar no mal-estar manifesto instalado nos estúdios do Lumiar quando se percebeu que a escolha das imagens se orientava para as entrevistas inéditas de Salazar que repousam no arquivo da estação pública.

As dificuldades multiplicaram-se: ora eram as imagens que não tinham som, ora eram as bobinas que se não encontravam com facilidade! Em suma, a RTP terá desistido de promover a figura de Salazar ao lado dos outros ditadores europeus e o programa abortou. Até hoje ninguém me disse porquê, mas eu, que vi as entrevistas de Salazar, tenho a minha ideia sobre o assunto.

A série da SIC teve assim o mérito de ser a primeira a projectar uma imagem de Salazar assente em documentários originais provindos sobretudo da Valentim de Carvalho, mas seguindo de perto o texto de Franco Nogueira sobre a vida do ditador. Acontece que o estilo de Franco Nogueira, apurado nos seus volumes sobre Salazar, e que se adapta bem à narrativa televisiva, foi interiorizado pela locução da série e, em qualquer caso, envolvido por uma música de fun-

do que António Ferro apreciaria. Deixemos, porém, a referida série em paz.

De António Ferro a Franco Nogueira parece não haver lugar para mais nenhum discurso sobre Salazar, que, no dizer de um seu íntimo amigo como o cardeal Cerejeira, hesitou em ser padre, hesitou em casar e até terá hesitado em ser ditador numa ditadura já instalada.

Esta frase de Cerejeira foi transmitida pelos serviços diplomáticos da Embaixada francesa em Lisboa por altura da campanha de Humberto Delgado.

Eis uma perspectiva humana que os herdeiros derrotados do salazarismo não gostam de explorar. Preferem dar-nos um Salazar mítico, quase milagreiro, por ter construído uma ditadura dentro de outra ditadura numa época de ditadores. O que nos querem mostrar com tanta originalidade encontra-se reproduzido no que correntes semelhantes escreveram sobre Mussolini (cujo retrato na secretária de Salazar era uma justa referência ao inspirador político do corporativismo, das leis do trabalho, da Mocidade Portuguesa, da ideia de império...), sobre o almirante Horthy na Hungria, sobre Pétain em França, sobre Getúlio Vargas no Brasil e até sobre o Franco dos anos 60 em Espanha.

Getúlio Vargas ao menos decidiu-se pelos Aliados e, depois da II Guerra Mundial, disputou o Poder em regime democrático, confronto que Salazar jamais enfrentou, refugiado na censura e na polícia política até ao fim,

sem estremecer sequer quando esta assassinou o general Humberto Delgado e sem procurar punir os assassinos.

A tese que tudo faz repensar na habilidade de Salazar é muito singela, quando não é devota quanto à neutralidade, limitou-se a não declarar a guerra a ninguém, nem sequer ao Japão para restabelecer a soberania em Timor.

Enganou-se sobre a «paz de compromisso» como forma de acabar com a II Guerra Mundial, enganou-se sobre as consequências da entrada de Portugal na ONU, enganou-se sobre as intenções de Nehru no respeitante ao emprego da força na questão de Goa, jamais entendeu o processo de integração europeia, não quis ceder na admissão do princípio da autodeterminação e da independência para os territórios africanos só para prolongar o regime do Estado Novo, até à sonhada terceira guerra mundial! Foi de mais...

Por mim, que li as entrevistas de António Ferro a Salazar e aos outros ditadores que retratou, e os volumes dos Discursos antes do 25 de Abril, e a obra biográfica de Franco Nogueira depois, estou pronto a detectar qualquer nota de originalidade que surja sobre aquela figura, cujo melhor retrato ainda é o de Abel Manta.

O Salazar dos vencidos continua a ser o de António Ferro e de Franco Nogueira. O Salazar dos vencidos e dos convencidos, entenda-se.

in «Diário de Notícias»

PERSPECTIVA

Edite Estrela

MAL DE FIM DE SÉCULO?



Não sei se o problema é nosso ou se é mal do fim do século. Ora nada se passa e aborrecemo-nos de pasmo e bocejos, ora tudo acontece ao mesmo tempo e ficamos zonzos com tamanha turbulência. A guerra dos Balcãs e a limpeza étnica dos albaneses do Kosovo, a disputa do poder entre as magistraturas, a dissolução da AD. Tudo em catadupa, não nos deixando tempo para reflectir e espaço para respirar. Fazem-se análises, traçam-se cenários, esgrimem-se argumentos, estala a polémica. Têm sido dias de loucura! Agora sim, é caso para dizer que o mundo está confuso!

Não sei se é a tendência para o exagero, excesso mesmo, que o povo sintetiza na máxima do «oitto ou oitenta», ou se se trata de coincidência. A verdade é que o meio-termo parece andar cada vez mais arredado do nosso convívio colectivo. Nos parceiros políticos da ex-AD sucedem-se as declarações políticas do tipo «sempre há-de ser assim», que, no minuto seguinte, se transformam por artes mágicas em «nunca foi assim». E os que dantes se batiam com denodo pelo

«sempre» são os mesmo que agora não transigem na defesa do «nunca». E, como não podia deixar de ser, tudo em nome das convicções e da verdade. Só que as convicções adaptam-se às conveniências e a verdade não tem edição única.

Veja-se o que se está a passar no PSD. O prof. Marcelo reconhece que a AD foi um erro e demite-se. Mas a culpa, não morrendo solteira, só casa com ele, porque os primeiros, os segundos, terceiros e por aí adiante vice-presidentes e vogais e outras coisas mais da direcção do partido saltaram directamente do naufragado barco do prof. Marcelo para a lancha com motor ora de bordo do dr. Barroso. Ontem defendiam com unhas e dentes a AD e ameaçavam os que se lhe opunham. Hoje, são os primeiros e mais indefectíveis apoiantes do novo líder, que, por acaso, em dois congressos consecutivos, criticou severamente essa estratégia. Mas que importância tem isso, quando está em causa a partilha do poder?

Qual o programa do dr. Barroso? Qual a sua estratégia? Ninguém sabe. Ou melhor, sabe-se que era contra a AD e que conta com o apoio dos famigerados dois terços que há

poucas semanas estavam com a AD. E também o terço que era contra todos juntos como num albergue espanhol.

Enfim não sei se estes senhores perderam o sentido da medida, do decoro e do limite ou se foram acometidos pela febre do novo milénio. Só assim se explica que não tenham qualquer problema em dar o dito por não dito, mandando às urtigas as convicções de ontem. Uns verdadeiros peritos na arte de sobreviver! O prof. Marcelo que assumia as culpas sozinho.

No meio desta algazarra passou quase despercebido o enorme êxito alcançado pelo Governo na negociação da Agenda 2000. As vantagens obtidas pelo eng. António Guterres na cimeira de Berlim são indiscutivelmente superiores às que o prof. Cavaco Silva conseguiu na cimeira de Edimburgo. E, no entanto, o então líder da oposição e actual primeiro-ministro foi bem mais generoso na avaliação dos resultados do que as oposições de hoje. Esta disparidade de comportamentos é, em parte, explicável pelos problemas internos que conduziram à morte da AD, mas será legítimo imputar a outra parte à diferença de sensibilidade e de sentido de Estado

dos agentes políticos.

É justo que os portugueses saibam que Portugal vai receber da União Europeia somas nunca dantes conseguidas. Ora vejamos. Entre 1994 e 1999, o nosso país recebeu de Fundos Estruturais e Fundos de Coesão cerca de 3820 milhões de contos, o que significa uma média anual de 637 milhões de contos. Entre 2000 e 2006, Portugal vai receber cerca de 4600 milhões de contos, o que representa uma média anual de 656 milhões de contos. E ainda mais 1100 milhões de contos para a agricultura. Até o tomate e o trigo duro foram contemplados!

Quer dizer, quando todos prenunciavam uma redução dos fundos para Portugal, o primeiro-ministro alcançou uma vitória em toda a linha: conseguiu mais dinheiro que nunca e também um aumento do «share», o que nem as previsões mais optimistas alguma vez acharam possível.

Enquanto uns gastam as energias em guerras de alecrim e manjerona, outros defendem — com firmeza, mas também com diplomacia — os interesses dos portugueses. Afinal, o diálogo dá bons frutos.

in «Expresso»

GESTORES E QUADROS Iglésias Costal

(RE)NOMEAÇÕES PERVERSAS



Passaram três anos após a merecida vitória do PS nas eleições legislativas. Passaram depressa, no tempo, mas lentamente nas mudanças em que apostámos.

Na política, como na vida, a evolução faz-se consoante as convicções de cada um e têm que ser fortes, para acreditarmos naquilo que nos propomos fazer.

Sou daqueles que acredito que é possível a mudança, quando à frente dos destinos e também dos designios, estão líderes que se preocupam realmente e permanentemente com o povo ou os povos no que consubstancia a verdadeira mutação para uma efectiva qualidade de vida.

Se um povo culturalmente é pouco avançado, deverão ser os líderes a colmatar essa falta. Isso só se consegue com o despertar dos apetites para a verdadeira mudança. Ora, o que vem sucedendo, é que a maioria dos «transformadores sociais» que mais parecem transformistas, não são aqueles que deveriam ser, ou melhor, não estão a ocupar os lugares para essa transformação efectiva.

A democracia é, sem dúvida, um espaço e um estado de espírito permanente, onde os exemplos e a cadência de mutações têm que ser um objectivo prioritário. Uma das formas de mudança começa pelas pessoas que gravitam em sintonia por esses mesmos objectivos. Não se pode mudar com a continuidade, mas com a diferenciação positiva.

Quando se votou apostou-se no comportamental diferente, não só no arro-



gância que vinha a ser praticada e na ostentação, mas sim na vontade das vidas dos portugueses mudarem, para muito melhor, obviamente. Deve, portanto, o PS, com as suas políticas, patrocinar essa transformação.

Hoje assiste-se de certa maneira a comportamentos que devem ser sublimados, pela aviltação que produzem nas populações.

Quando se percorre Portugal temos um país de primeira e outro de segunda. Curiosamente, existem países que quando se atravessam de ponta a ponta só se encontra o país de primeira.

Passaram muitos anos em que o PSD esteve no Governo, semeou os seus acólitos por tudo o que era sítio e nós continuamos a ter em muitas situações indivíduos a «liderar» conotados com essa década, ao contrário

daquilo que se vem afirmando que o PS está a colocar os boys.

Já é tempo de sermos menos hipócritas. Não se pode dar bem com duas situações opostas, ou que devam ser opostas. Salvo comportamentos patológicos na área da esquizofrenia. Ou será que não há diferença entre o PS e o PSD?

Hoje, assiste-se verginhosamente à continuação da ocupação de lugares políticos pelos mesmos que os ocuparam no tempo do PSD. Lugares que vão desde administradores, directores, assessores, etc. e há quem critique o PS, negativamente, estando em lugares de tipologia política. Pior que isso, vão ameaçando que se o PSD ganhar as próximas eleições vai tudo corrido. Claro, se ganharem. Este tipo de situações só é possível porque muitos dos «elementos»

ditos do PS que estão em lugares de topo são de certeza várias coisas.

A traição, cobardia e incompetência são nefastas para fazer frente a gente que se tem servido do poder em proveito próprio. Assim, Portugal não evolui. Muitos dos que nomeiam são incompetentes e assim o PSD vai brincando de vez em quando com o tema das nomeações na Comunicação Social.

O descaramento vai ao ponto de gestores ligados ao PSD nomearem militantes, simpatizantes e «independentes» do PSD.

Também há casos de militantes do PS virem a público dizer que não é possível ser tudo do PS, mantendo os do PSD. Ou será que estão a corromperem-se? Não colocam os do PS, mas colocam outros.

Há quadros do PS que perguntam se será melhor sair do partido para ter um lugar de responsabilidade, ou será que são infecto-contagiosos?

Há também quem promova amigos para os lugares, preterindo os do PS. Serão os militantes do PS estúpidos? Ou não fazem parte de algum grupo?

É preocupante que a solidariedade no PS seja de nível tão baixo. No PSD, fazem Escola do Poder. No PS faz-se a Escola da Marginalização.

Passaram três anos. Chega de hipocrisia. Um partido quando ganha as eleições é para exercer o poder com aqueles que o levaram à vitória. Ou será que se deveria manter o anterior Primeiro-Ministro? Já agora, não se mudava...

Anjinhos, só no Céu ...

ACTUALIDADE

João Lourival

QUE HAJA TINO...



Vai para dois anos que conheci o Tino. Estava nessa altura no escritório do deputado e dirigente nacional do PS, camarada Manuel dos Santos, contando-lhe com entusiasmo a encenação em curso da peça de Raúl Brandão «O Doido e a Morte». Um problema me assaltava, como resolver o «final do espectáculo, pois não me parecia bem que o «presidente» acabasse prostrado aos pés de um doido. É que, apesar de todos os homens que fizeram alguma coisa no mundo serem doidos... um presidente, de Câmara ou de qualquer outra coisa ou coisinha, é sempre um presidente. Com o Tino como espectador atento e recatado («mudam-se os tempos, mudam-se as vontades», canta o José Mário Branco...), o meu amigo Manuel dos Santos teve uma ideia luminosa, porque não retoma o gajo - leia-se o «presidente» - o Poder? «A luz tinha-se feito no meu espírito! De imediato, apropriei a centelha política do meu amigo e camarada e a encenação estava completa.

Durante todo este tempo em que as teatrais, no bom sentido e tradução da palavra, foram o tema, o jovem Tino manteve-se atento e... calado, quiçá por a matéria não o tocar, presumo, a sua área preferida do diálogo. Depois, foi a ocasião do deputado da República alvirar um espectáculo do «O doido e a Morte», em Rans. Em Rans?...

Sim, em Rans, a terrinha ali para os lados de Penafiel, onde o Tino tomou democraticamente o Poder! Ah, está bem, porque não?

O Tino pouco falou, parecia que tímido e à espera das «deixas» do camarada Manuel dos Santos para entrar em cena! Representava e representou ali um papel secundário, uma rábula, como se diz em linguagem teatral.

O Tino não me causou nenhuma impressão especial. Não me pareceu estar na presença de um (ex) futuro super-herói!

Mas Manuel disse-me que se tratava de um «moço giro e muito esperto». Se não foram exactamente estes os termos, a ideia que

absorvi a tal correspondeu.

O tempo passou e, numa ou outra ocasião, vi e ouvi o simpático jovem de Rans intervir de forma simplória e desapropriação, embora honesta. Até que, numa acção de «rambismo político», o verdadeiro Tino saiu à luz dos holofotes do Coliseu dos Recreios, contando ao País a história (sempre a mesma, é certo, contada e recontada por tudo quanto era canto) da conquista de Rans, em cujo «casting» figuravam como intérpretes de proa o seu irmão Neca (já falecido) e a sua mãe, a simpática velhinha D. Gertrudes!

Não resisti! Os olhos marejaram-se de lágrimas aquando das gargalhadas e risos de parte da mesma plateia, camarotes e frisas, que repletavam o «circo». E as mãos de tanto baterem uma contra a outra, no final da lancinante intervenção de Tino, ficaram quase em estado comatoso.

Chorar e rir é próprio dos humanos. Choramos as tristezas ou as alegrias. Rimos de escárnio, de prazer ou, também, de tristeza. E, agora, que fazer? Antes de mais «prote-

ger» o ser humano das jogatanas políticas, acobertadas numa certa comunicação social. Depois, defender o «político de Rans», de molde a desprestigiar a jogatana contra o PS nacional. E em ambos os casos, talvez o camarada Manuel dos Santos possa exercer uma magistratura de influências e camaradagem, pois julgo ter bem interpretado a sua sincera e leal ligação ao nosso Tino.

Feliz (ou infelizmente) mantém-se actual o célebre «Princípio de Peter» e, como disse, com grande subtilidade, Jaime Resende, na coluna dos leitores do JN, é preciso não piorar as palavras e atitudes sinceras, mesmo que inocentes ou demagógicas do camarada de Rans, transformando os socialistas portugueses num amontoado de... tinocos.

Friso que nenhuma intenção me move contra o político em questão, cujo perfil compreendo e respeito. Mas que se está criando um síndrome de contornos mais ou menos complicados, não podem restar dúvidas a ninguém.

RTP

Alberto Arons de Carvalho



TV PARA TODO O PÚBLICO OU PARA ELITES?

1. No mesmo dia em que o Conselho de Ministros da Cultura e do Audiovisual da União Europeia aprova, por unanimidade, uma resolução onde se reafirma a importância do serviço público e a legitimidade do seu financiamento público, o líder do PP, Paulo Portas, defendia o fim desse financiamento e implicitamente o fim do serviço público de televisão. O contraste não podia ser maior. É claro que, levado pelo eco que as suas palavras poderiam ter junto dos reformados - a quem prometeu aumentos de cinco mil escudos por mês, em troca do fim de um financiamento público que o líder do PP imaginou ser de 35 milhões de contos -, Portas nem cuidou de saber as consequências da lamentável demagogia em que caiu: o fim da RTP Internacional, da RTP2, da RTP África e de outras iniciativas não lucrativas da RTP. Aparentemente, a nova liderança do PP não se importa com as distâncias a que se colocou, não apenas das correctas intervenções da anterior líder parlamentar, Maria José Nogueira Pinto, mas também e sobretudo do pensamento sobre a matéria de toda a direita e centro-direita europeus. Populares espanhóis e conservadores irlandeses, tal como os conservadores ingleses e os cristãos-democratas alemães, defendem sem hesitação o serviço público de televisão e não tencionam extinguí-lo ou atribuir essa missão à iniciativa privada.

É verdade que a resolução aprovada em Bruxelas não é inovadora. Limitou-se basicamente a reafirmar os argumentos incluídos no protocolo anexo ao Tratado de Amsterdão, aprovado por todos os governos europeus em 1997. A reafirmação do apoio ao serviço público de televisão representa, todavia, uma clara resposta à ofensiva de alguns operadores privados e de certos quadros da DG IV.

Ela prova, em primeiro lugar, que o serviço público constitui um património de toda a Europa, de todas as correntes político-ideológicas europeias e não apenas da esquerda.

Esse património traduz-se numa concepção de serviços público, que abrange não apenas os programas culturais ou para as elites, ou aqueles que os operadores privados não têm interesse em transmitir, mas acima de tudo uma programação que, com qualidade, preencha as necessidades de informação, formação e entretenimento da sociedade na sua diversidade. Dentro desta concepção, e para atingir eficazmente os objectivos, considera-se inteiramente legítimo que essa programação procure atingir as mais largas audiências.

É claro que esta definição não responde a todas as questões. Mas o que se torna evidente nesta resolução de Bruxelas é que todos os governos guardaram para si a competência para definir o alcance do serviço público de televisão e a forma do seu financiamento. Esta autonomia - que não



impede a generalidade dos países de manter a taxa como principal fonte de financiamento e de limitar a publicidade nos canais públicos - implica, no entanto, a salvaguarda dos dois princípios: a proporcionalidade e a transparência. A primeira obriga a que sejam apenas financiadas as missões de serviço público e não, por exemplo, as participações em empresas privadas que forneçam novos serviços, como acontece em muitos países europeus. A segunda implica a possibilidade de isso ser verificado e adequadamente fiscalizado.

2. Em Portugal não faltam pessoas convencidas de que fariam um excelente papel como directores de programas da RTP, mas são infelizmente poucas as que desempenhariam esse cargo com bom senso e bom gosto.

É muito fácil imaginar programas de grande qualidade. A dificuldade começa quando se reconhece que a programação do principal canal do serviço público precisa de conciliar essa qualidade com a popularidade aferida pela audiência e com as limitações que a situação económica da RTP impõe.

Se tivermos isso em conta - ou a frase do director-geral da BBC que ainda há dias afirmava ao *Le Monde* que «grande dificuldade era fazer com que a programação popular fosse boa e a programação boa fosse popular...» -, então os índices de arrogância baixarão. E o número de pessoas convidadas de que exerceriam o cargo de director de programas melhor que Maria Elisa também!

Da mesma forma, parece fácil criticar o

Governo em relação à RTP. De facto, o passivo tem aumentado. As audiências não subiram. E, da forma infeliz como alguns teimam em avaliar as contas, a empresa tem um elevado prejuízo.

É verdade que a RTP tem uma despesa acima das receitas publicitárias. A questão é que a RTP não tem como objectivo o lucro - como qualquer operador comercial -, mas sim prestar um serviço, ou melhor, um diversificado conjunto de serviços - pelo menor custo possível.

É verdade também que esse conjunto de serviços aumentou substancialmente nos últimos três anos.

Foi subscrito um contrato de concessão entre o Estado e a RTP que constitui um documento de referência definidor da política do Estado para com a televisão pública. Ao invés do anterior - e a exemplo dos serviços públicos europeus -, considera-se a programação da RTP como o essencial do serviço prestado pela empresa.

No processo de designação da administração e mais do que isso, pela prática de governantes e gestores, garantiu-se que acabou o tempo dos recados e da governamentalização da informação. Fez-se um importante esforço para aumentar a qualidade da programação dentro das limitações existentes. Acabou a prática da contraprogramação.

Reduziu-se a publicidade da RTP1 em cinco minutos por hora e suprimiu-se totalmente a que era feita na RTP2. Esta redução - que custa à empresa cerca de dois milhões de contos por ano - deu um sinal aos responsáveis da empresa de que não deveriam visar prioritariamente as receitas

publicitárias e constituiu uma ajuda indirecta aos outros *media*, sobretudo aos operadores privados, cujos proveitos aumentaram. Criou-se a RTP África, que é hoje emitida como canal hertziano terrestre em quase todos os PALOP e como canal por cabo em Portugal. Estabeleceu-se um quadro regular de cooperação com as televisões nacionais dos PALOP cuja expressão é assegurada pela Net RTP - troca diária de notícias via satélite.

Alargou-se a cobertura da RTPi a quase todos os pontos do globo, incluindo Timor-Leste, e também o espaço de programação própria do canal. É claro que todo este enorme esforço, que dota o Estado português de um instrumento inestimável de comunicação com as comunidades portuguesas no estrangeiro e com o mundo lusófono, custa muito caro. Será que é sério esquecer tudo isto e reduzir o problema da RTP a milhares de contos que se gastariam alegremente em pura perda?

Com a participação no capital da SportTV, iniciou-se o inevitável caminho, seguido pelos outros operadores públicos europeus, de associação com a indústria do sector para a criação e oferta de novos serviços, antecipado a futura era da televisão digital. Contra a demagogia populista que se levantou, a experiência tem mostrado que a RTP fez a opção certa. Graças a ela, os espectadores portugueses continuam a poder assistir em aberto aos principais espectáculos desportivos, em termos que não têm paralelo nos demais países europeus.

Alargou-se igualmente a cobertura da RTP1 às regiões autónomas, rompendo o monopólio que os governos centrais e regionais tinham imposto.

Iniciou-se a regionalização da informação, através de um espaço diário diferenciado, emitido paralelamente em seis regiões do País.

Clarificou-se a função alternativa e predominantemente formativa do 2º canal.

Iniciaram-se os processos de modernização do equipamento da empresa e de digitalização do arquivo. Criou-se e desenvolveu-se o serviço de teletexto.

Concedeu-se espaço de emissão para as diferentes confissões religiosas, cumprindo-se com cinco anos de atraso um preceito da anterior Lei da Televisão.

Depois de mais de 30 anos de monopólio, não é fácil corrigir distorções, modificando de um dia para o outro toda uma cultura de empresa.

Enquanto concessionária do serviço público de televisão, a RTP tem ainda um longo e difícil caminho a percorrer para afirmar a validade e a indispensabilidade do seu contributo para a televisão em Portugal e para se recuperar financeiramente e modernizar, mas só por cegueira não se reconhecerá nos passos já dados uma via inovadora e consistente.

In - "Diário de Notícias"



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Arte em Abrantes

A Galeria Municipal de Arte apresentará, a partir de sábado e até ao dia 2 de Maio, os trabalhos da pintora Adelaide Penha e Costa.

A mostra poderá ser visitada, por abrantinos e não só, de terça-feira a sábado, entre as 14 e as 20, ou ao domingo, entre as 15 e as 19 horas.

Cordas em Albufeira

Amanhã, pelas 21 e 30, o Auditório Municipal será palco para o concerto dos Concordis.

Integrado por Eudoro Grade (guitarra), João Pedro Cunha (violino), João Miguel Cunha (viola) e Bruna Melia (violoncelo), o agrupamento musical fará as delícias dos apreciadores da música interpretada com instrumentos ditos de cordas.

Um dia depois, à mesma hora e no mesmo local, será a vez do espectáculo comemorativo dos 25 anos de carreira de Isabel Duarte.

Jogos em Cascais

A Câmara Municipal está já a promover mais uma edição dos Jogos de Cascais, possibilitando a participação de toda a população residente no concelho em iniciativas desportivas que decorrerão até 31 de Julho, na Praia de Carcavelos.

É possível participar diariamente em actividades desportivas como o voleibol, andebol, futebol, corfebol, futebol americano, aeróbica, surf, bodyboard, jogos tradicionais, lançamentos de papagaios, pump-volei, cama elástica e radiomodelismo.

Leituras em Coimbra

Duas exposições com inaugurações marcadas para hoje assinalam a proximidade das comemorações do 25º aniversário da Revolução de Abril de 1974. São elas «A Cor da Liberdade», que ficará patente, até ao final do próximo mês, na Torre d'Anto, e «25 X 25 – em Abril um quartel depois», a visitar na Sala da Cidade, até ao dia 9 de Maio.

A poesia neo-realista em torno de Alberto Pimenta será o motivo para umas leituras declamadas por Júlio Henriques e Manuel Portela, na próxima segunda-feira, dia 12, pelas 22 horas, no Teatro Académico de Gil Vicente, no âmbito de uma iniciativa que dá pelo nome de «Palavras que nos ficam da usura dos dias».

Tradições em Ferreira do Alentejo

A Câmara Municipal promove a mostra de artes tradicionais «Memórias de uma Vida no Campo», da autoria de Carlos Soares. A exposição que tanto sucesso tem obtido junto do público, permanecerá patente, até

ao dia 18, no casão deste artesão ferreirense.

Cinema em Lisboa

Amanhã, nas novas instalações da Delegação Regional de Lisboa do IPU, assista, a partir das 21 e 30, à representação de peças teatrais diversas como «Paragem de Autocarro», «A Pastelaria», «O Contrato Nupcial» e «a Oração».

No mesmo local e para os apreciadores de cinema haverá, todas as segundas-feiras, a exibição de filmes destinados ao público escolar com convidados e debates pontuais.

Assim, no dia 12, pelas 15 horas, será ocasião para (re)ver a conhecida fita de Tim Burton, «Eduardo Mãos de Tesoura». As estreias cinematográficas, essas, reservam-se para amanhã, nas salas de cinema alfacinhas.

Esta semana assista a «Jaime», de António-Pedro Vasconcelos; «Rounders – A Vida é um Jogo», de John Dahl; e «A Vida Sonhada dos Anjos», de Erick Zonca.

Fotografia no Porto

A Fundação da Juventude tem patentes ao público, até ao dia 11, os trabalhos dos fotógrafos participantes no Intercâmbio Europeu de Criação Artística em Fotografia.

O evento, denominado «Retratidades», é organizado pela Associação de Iniciativas Culturais e Artísticas (AICART), consistindo num *workshop* colectivo em que trabalham fotógrafos portugueses, alemães, franceses e gregos.

Da iniciativa sairão os trabalhos a expor, até ao dia 17, na Fundação da Juventude, localizada na Rua das Flores.

Conferência em Portimão

Amanhã, às 21 e 30, na Biblioteca Manuel Teixeira Gomes, José Maria Brandão de Brito falará, em conferência, sobre «A Revolução e a Questão Económica», no âmbito do programa de comemorações oficiais dos 25 anos do 25 de Abril de 1974, organizado pela Câmara Municipal.

Gastronomia em Reguengos de Monsaraz

Promover o turismo e gastronomia do concelho é o principal objectivo do segundo Festival de Gastronomia de Reguengos de Monsaraz, que decorre este mês.

Durante a mostra de sabores tradicionais, a restauração do concelho oferece uma ementa recheada de pratos que vão desde a «Carne de Porco com Ameijoas» à famosa «Sopa da Panela», tudo bem regado com os vinhos da região.

Podem também ser apreciados os pratos típicos da zona, como a «Surraburra de Porco Assada no Forno», «Cozido de Grão em Panela de Chão» e o «Ratatau de Borrego». O festival decorre até ao dia 26 na vila de Reguengos de Monsaraz e nas freguesias rurais do concelho, incluindo a povoação medieval de Monsaraz.

Tecelagem em Setúbal

A relação da mulher com as actividades de fiação e tecelagem no meio rural português é tema de uma exposição patente no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) até ao final deste mês.

A exposição «A mulher e a roca: da submissão à emancipação», que tem o apoio da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, mostra a importância da fiação e tecelagem na economia familiar do final do século passado, e a situação de submissão da mulher que lhe era inerente.

A roca, o fuso, a fiandeira, o linho maçado e as toalhas de linho, os naperons, os adereços da cama em linho bordado, ou até mesmo a espadela (do linho) - um cutelo em madeira para eliminar a parte lenhosa, deixando ficar somente as fibras têxteis - são algumas das 115 peças expostas.

Fórum em Sintra

Nos dias 12 e 13, pelas 10 horas, realizar-se-á, no Palácio Nacional, um fórum subordinado ao tema «A Política Tem Género?». Este encontro contará com a participação, entre outras personalidades, da ex-primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, e de uma conceituada académica norte-americana, Kim Frickin Kahn.

C o n c e r t o

Nascimento

Milton Nascimento

14 de Abril

Aula Magna • Reitoria da Universidade Clássica
Lisboa

SUGESTÃO

O Festival do Zeca

O grupo rock Xutos e Pontapés e a orquestra sinfónica Filarmonia das Beiras darão um concerto em Coimbra, no dia 10, por ocasião da abertura do V Festival de Música José Afonso.

Neste espectáculo, preparado pela autarquia local para homenagear o autor de «Grândola Vila Morena», as duas formações interpretarão sete temas entre os mais marcantes dos 20 anos de carreira dos Xutos.

A gala de abertura do festival começará com uma peça preparada pelo maestro José Calvário para a Filarmonia das Beiras, a partir de dez composições de Zeca Afonso.

A referida orquestra acompanhará também a cantora Inês Santos, nos temas do poeta de Abril «Menino do Bairro Negro» e «Canção de Embalar». Sérgio Godinho, os Clá, Rui Veloso, os Belle Chase Hotel, Tito Paris, os Sabura CV, a cantora galega Uxia, o grupo vocal Vozes da Rádio, João Afonso (sobrinho de Zeca), Paulo Soares, Francisco Martins e o grupo Realtejo são figuras de destaque neste evento que marcará a vida cultural combricense e que terminará, no dia 30, com a actuação de Dulce Pontes, que se fará acompanhar de um virtuoso guitarrista espanhol, Leonardo Amuedo.

A realização deste mega-espectáculo de Abril no Parque de Santa Cruz constitui o retorno a um local simbólico na ligação de Zeca Afonso a Coimbra. Proibido faltar!

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Liberdade

- Liberdade, que estais no céu...
Rezava o padre nosso que sabia,
A pedir-te, humildemente,
O pão de cada dia.
Mas a tua bondade omnipotente
Nem me ouvia.

- Liberdade, que estais na terra...
E a minha voz crescia
De emoção.
Mas um silêncio triste sepultava
A fé que ressumava
Da oração.

Até que um dia, corajosamente,
Olhei noutro sentido, e pude, deslumbrado,
Saborear, enfim,
O pão da minha fome.
- Liberdade que estais em mim,
Santificado seja o vosso nome.

Miguel Torga
«Diário XI»



KOSOVO, AGENDA 2000 E ELEIÇÕES EUROPEIAS

A crise do Kosovo, as perseguições étnicas e os bombardeamentos da Sérvia e do Montenegro trazem à ordem do dia quer a questão das dificuldades de funcionamento da ONU quer a problemática da reformulação do papel da NATO, no contexto posterior à implosão da União Soviética. Mas, por outro lado, fornecem uma séria oportunidade para uma reflexão sobre a desproporção entre a capacidade financeira e económica da União Europeia e a sua dificuldade de afirmação autónoma na área da defesa e da política externa comum europeia. Só o aprofundamento da União política e a construção gradual de políticas externas comuns pode permitir ultrapassar essa dificuldade; só uma reflexão aprofundada sobre o envolvimento da União Europeia e dos Estados europeus da NATO numa política atlântica coordenada pode conduzir à alteração do papel do chamado pilar europeu da Aliança. Entretanto, no plano interno, o durão-barroisismo procura ressuscitar o cavaquismo declinante, apresentando-o com um rosto humano. Marcelo abandona sem luta, dando ao PSD a hipótese de batalhar até ao fim do último PP; o ex-aliado e sempre odiado Paulo Portas busca asilo político em Bruxelas, deixando o PP à dupla Nobre Guedes – Basílio Horta. Para o

PS, o novo cenário político implica, pelo menos, uma inflexão táctica e um ainda maior empenhamento nas tarefas políticas, no Governo e no Parlamento, nas autarquias e nas estruturas partidárias, na comunicação social e no relacionamento directo com as populações. Entretanto, no plano europeu, o Primeiro-Ministro, António Guterres, obtém, com os devidos apoios governamentais e diplomáticos, uma vitória relevante, no quadro da negociação da Agenda 2000. Mais fundos para Portugal, mais apoios para a agricultura e novos apoios para o desenvolvimento rural, uma equilibrada transição para Lisboa e Vale do Tejo são pontos essenciais de uma solução benéfica para Portugal, que todos os observadores honestos saudaram. Em tudo isto, o PCP aparece singularmente alheado dos interesses nacionais. Continuando a querer entrar na Europa às arrecuas, não teve uma posição séria sobre a Agenda 2000, quer pôr em causa a NATO, colando-se a uma Moscovo que já lá não está, lança uma batalha política anti-socialista já que tem dificuldade em combater a direita (a quem semana sim, semana não, dá a mão na Assembleia da República) e faz uma campanha demagógica para o Parlamento Europeu, sem explicar qual é o seu projecto para a União e para Portugal na União.

Neste contexto, as eleições para o Parlamento Europeu têm que implicar uma mobilização geral de todo o eleitorado socialista, de todos os que apoiarem Guterres para Primeiro-Ministro, de todos os que quiseram Mário Soares Presidente da República e que gostariam de o ver Presidente do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu ganha progressivamente funções mais importantes, no quadro da União Europeia. Trata-se de um órgão político, directamente eleito pelos cidadãos da Europa, com base em programas, propostas e rostos políticos visíveis e que tem um importante papel no quadro da União. Neste âmbito de reforçada participação de Portugal na União Europeia, de avanço do processo de integração económica, de criação da moeda europeia, de intervenção militar da NATO na Europa, de aproveitamento dos resultados da Agenda 2000, as eleições europeias têm um papel decisivo, nos planos do simbólico e da prática política concreta. A claríssima vitória da lista liderada por Mário Soares em Junho reforçará o peso de Portugal nas instâncias europeias e facilitará o caminho a uma nova governação de Guterres, com um mandato a renovar inequivocamente nas eleições legislativas de Setembro/Octubro.

«Salazar começou por ser um ditadorzinho nas finanças. Depois chegou a ditadorzão. Quis tornar a sociedade portuguesa numa anti-sociedade. Aquele regime não era compatível com a dignidade humana. Não havia cidadãos no país, havia medo.»

Emídio Guerreiro
DNA, 3 de Abril

«Durante 42 anos de exílio sofri muito. Tive muitas saudades da minha terra.»
Idem, ibidem

«A democracia em Portugal está perfeitamente consolidada. Naturalmente que há uma grande desilusão. Pensávamos transformar a sociedade portuguesa e verificamos que, afinal de contas, do ponto de vista social e económico, está tudo quase na mesma.»

Idem, ibidem

«Estamos a aproximarmo-nos, com os utensílios da ciência, do ponto nevrálgico do Big Bang, do início do universo. Mas este século foi também o das ditaduras: Mussolini, Pétain, Hitler, Salazar, Estaline. São os pontos negros de um tempo maravilhos.»

Idem, ibidem

«A melhor sala de espectáculos de Lisboa é o Estádio da Luz, seguido do Grande Auditório do CCB.»

João Botelho
Agenda Cultural da CML, Abril

«Faz falta em Lisboa praças e ruas sem automóveis.»
Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remetereste cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.